

SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA E ASPIRAÇÕES DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO 3º DISTRITO DE PELOTAS-RS

JOSE ALCEU INFELD
ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Orientador: Dr. JOSÉ MOLINA FILHO

Tese apresentada à Escola Superior de
Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universi-
dade de São Paulo, para obtenção do título
de "Magister Scientiae"

PIRACICABA
SÃO PAULO - BRASIL
1972

À memória dos professores
Tompkin e Zagatto
e dos colegas
Clóvis e Sílvia

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores que inicialmente colaboraram na realização deste trabalho e em especial a orientação do Prof. José Molina Filho que, apesar de ter encontrado este estudo em andamento, não poupou esforços na sua reestruturação. Agradecemos também as valiosas sugestões da Prof^a Maria Inez Guerra Molina.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - agradecemos a excepcional presteza com que fomos atendidos e cujos recursos financeiros permitiram nossa participação no Curso.

Agradecemos à Fundação Ford que através do convênio com a Universidade de São Paulo (ESALQ), financiou a impressão desta tese.

Somos gratos também aos professores e colegas que muito nos apoiaram e incentivaram com suas demonstrações de compreensão e amizade.

Estendemos nossos agradecimentos sinceros a todos que de uma forma ou de outra, colaboraram na realização deste trabalho.

Situação Socio-Econômica e Aspirações dos Pequenos Proprietários
do 3º Distrito de Pelotas, RS.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

| | |
|--|---|
| A. O Problema e sua Importância | 2 |
| B. Objetivos Gerais do Estudo | 3 |
| C. Objetivos Específicos do Estudo | 4 |
| D. Uso e Limitações do Estudo | 4 |

PROCEDIMENTO DO ESTUDO

| | |
|---------------------------------------|----|
| A. Área do Estudo | 7 |
| 1. Razões da Escolha | 7 |
| 2. Descrição da Área | 8 |
| 3. O Povo | 11 |
| a. Movimentos Migratórios | 11 |
| b. A Colonização do Extremo Sul | 14 |
| B. Universo e Amostra | 19 |
| C. Coleta de Dados | 20 |

SITUAÇÃO E ASPIRAÇÕES DA FAMÍLIA DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

| | |
|---|----|
| A. Composição e Funções da Família | 24 |
| B. Grau de Escolaridade | 26 |
| C. Organização Social | 29 |
| D. Área da Propriedade e Mão-de-obra | 32 |
| E. Renda Familiar | 38 |
| F. Produção e Comercialização | 43 |
| G. Aspiração por mais Terra | 47 |
| H. Aspiração por Assistência | 50 |
| I. Aspirações por mudança de Área e Profissão | 50 |
| RESUMO E CONCLUSÕES | 54 |
| SUMMARY | 57 |
| BIBLIOGRAFIA CITADA | 58 |
| APÊNDICES | 61 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| 1. Distribuição da População em Dois Estratos e suas Respectivas Amostras | 21 |
| 2. Distribuição da População por Idade e Sexo, e seu Valor Relativo como Mão-de-Obra | 36 |
| 3. Relação das Três Principais Fontes de Renda, Número de Entrevistas Ligadas a Cada Fonte e as Principais Atividades Paralelas à Agricultura | 40 |

APÊNDICES

Apêndice I

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Estado do Rio Grande do Sul, Região Fisiográfica da Encosta do Sudeste e em Relevo o município de Pelotas | 61 |
| Figura 2 - Município de Pelotas e em Relevo a Área estudada no 3º Distrito..... | 62 |
| Figura 3 - Principais Movimentos Migratórios verificados no Rio Grande do Sul | 63 |

Apêndice II

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Estrutura Fundiária do Município de Pelotas | 64 |
| Gráfico 2 - Idade Média das Mulheres em Relação à Frequência e Número de Filhos por Casal no 3º Distrito de Pelotas | 66 |
| Gráfico 3 - Áreas e Rendas Médias Estratificadas - 3º Distrito de Pelotas | 68 |

Apêndice III

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Estrutura Fundiária do Município de Pelotas | 65 |
| Quadro 2 - Idade Média das Mulheres e Número de Filhos por Casal | 67 |
| Quadro 3 - Áreas e Rendas Médias estratificadas | 68 |
| Quadro 4 - Área da Propriedade em Hectares e Renda da Família em Cr\$ | 69 |

Apêndice IV

| | |
|--------------------|----|
| Questionário | 72 |
|--------------------|----|

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

A promoção integral do homem é preocupação constante de todos os que governam, estudam ou pesquisam; mas esta preocupação tem perspectiva toda especial quando se trata das ciências sociais. Não queremos dizer que as demais ciências não tenham importância para o processo de desenvolvimento; mas as ciências sociais trabalham com a causa e o efeito de um processo integral de desenvolvimento.

A população do Rio Grande do Sul, estimada em 1977/1967, era de 6.397 mil habitantes; aproximadamente 50% destes, estavam no meio rural. O pequeno proprietário representa cerca de 90% da população rural do Estado. No município de Pelotas e no 3º Distrito estas proporções se mantêm; daí sua importância.

A população de pequenos proprietários enfrenta sério problema com relação ao seu crescimento. Embora, em relação percentual com a população urbana, ela decresça, em números reais vem crescendo. As pequenas propriedades já estão bastante subdivididas e não há novas áreas disponíveis no Estado. Parece que se está em frente desta alternativa: os novos casais emigram para outros Estados ou saem das atividades agrícolas indo para centros urbanos. Es

ta alternativa para o Rio Grande do Sul não é de fácil solução, pois, de um lado, as emigrações são de mão-de-obra produtiva e empreendedora, e por outro lado, os centros urbanos não têm condições de absorver integralmente esta mão-de-obra; considere-se, ainda, a agravante de que a criação de um emprego na indústria necessita de mais capital que na agricultura.

A interpretação da situação de pequenos proprietários é assunto relativamente novo; somente nos últimos 10 anos é que se têm publicado com mais frequência trabalhos sobre este tema. Assim, acredita-se que estudos para melhor se conhecer a situação do pequeno proprietário, são de grande valor na atualidade, pois trarão subsídios importantes para equacionar o problema deste setor da conjuntura socio-econômica.

B. OBJETIVOS GERAIS DO ESTUDO

Neste estudo, para melhor poder-se compreender a situação e as aspirações do pequeno proprietário, dar-se-á certa ênfase à origem do elemento humano e às suas relações com a estrutura fundiária. Para tanto pretende-se: a) levantar a situação das famílias dos pequenos proprietários da área colonial do 3º Distrito de Pelotas; b) estudar suas aspirações; c) facultar informações sobre as condições e potencialidades da área que possam interessar às entidades encarregadas da promoção do desenvolvimento regional.

C. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ESTUDO

1. Verificar a composição e instrução da família.
2. Determinar o grau de escolaridade.
3. Estudar a organização social.
4. Relacionar a área da empresa com a força de trabalho.
5. Medir a renda familiar.
6. Levantar as condições de produção e comercialização.
7. Determinar aspirações.

D. USO E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O conhecimento das condições e potencialidades, como o grau de instrução, a força de trabalho disponível, as áreas e níveis de produção, assim como as aspirações, permite uma análise da realidade em que estão inseridos os pequenos proprietários da população amostrada.

O estudo das atividades econômicas e sociais, em relação à estrutura fundiária, fornece subsídios importantes aos agentes de mudança, tanto particulares como oficiais, encarregados da promoção do pequeno proprietário.

A área estudada tem muitas características comuns com as demais do Estado; No entretanto, a área e a população, que foram limitadas a um distrito e 66 propriedades, não permitem maiores inferências sobre os dados obtidos. Além do mais, sabe-se que

em áreas e populações restritas, como esta, alterações no mercado consumidor de suas produções e agentes externos ou ambos podem influir, a curto prazo, no comportamento e tomadas de decisões pelo pequeno proprietário.

Neste estudo não se pretendeu dar soluções definitivas aos problemas do pequeno proprietário, mas levantar uma situação e questões, tendo em vista a importância percentual desta população, em relação à população rural do Rio Grande do Sul.

C A P Í T U L O I I

P R O C E D I M E N T O D O E S T U D O

A. ÁREA DO ESTUDO

1. Razões da escolha

A encosta do Sudoeste foi a zona fisiográfica do Rio Grande do Sul em que se realizou a pesquisa de campo (vide Figuras 1 e 2 no apêndice 1). Foi escolhida a área colonial* do 3º Distrito do Município de Pelotas, porque pareceu atender o objetivo principal, que é o estudo da situação socio-econômica do pequeno proprietário.

A população, em sua maioria, é de origem alemã, primeiros alienígenas a localizarem-se no Estado e que, hoje, ocupam, lugar de relevância socio-econômica.

Outras razões, que determinaram a escolha desta área foram :

a) As propriedades com área até 100 ha perfazem 96,6% dos estabelecimentos da área pesquisada. No município de Pelotas e no Estado do Rio Grande do Sul, elas atingem 97,8% e 95,6% respectivamente. Nestas propriedades está a grande maioria da população proprietária do Estado.

* Áreas coloniais são áreas de matas nas encostas das serras, onde se localizaram os imigrantes europeus, em lotes com cerca de 25 hectares, também chamados colônias.

b) Os proprietários na área estudada são de ascendência europeia, conforme foi constatado em consulta às pessoas mais idosas e esclarecidas da área e através da lista de todos os proprietários, fornecida pela subprefeitura, 76,5% descendem de alemães, 16,8% de portugueses e de espanhóis, 5,4% de italianos e 1,3% franceses. Sabe-se que o Rio Grande do Sul, foi, em sua grande parte, desbravado e colonizado pelos descendentes das nacionalidades acima enumeradas.

c) As culturas e criações são as mesmas de outras áreas coloniais. Predominam na parte de agricultura a cebola, a batata, o milho e o feijão, e no setor da criação, o gado de leite e suínos.

d) A área está sob a influência do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul do Ministério da Agricultura, da Universidade Federal de Pelotas, da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, da Comissão da Lagoa Mirim e de outras instituições ligadas diretamente à problemática do meio rural.

2. Descrição da Área

A encosta do Sudoeste possui dois tipos bem distintos de propriedades, distinções ligadas ao tamanho, à vegetação predominante e à exploração a que se destinam.

Observando-se um mapa da flora da região sul e relacionando-o ao tamanho das propriedades, ver-se-á que, onde predominavam os campos, estão as grandes propriedades, e onde predominam ou predominavam a menos de um século as matas, estão as pequenas propriedades.

As grandes propriedades caracterizam-se pelas áreas de campo, onde a vegetação natural predominante são as gramíneas. Localizam-se basicamente na região de planície, entre a Lagoa dos Patos e os contrafortes da Serra dos Tapes, havendo também algumas na região ondulada da serra onde existe um misto de mata e campo.

Na planície, as lavouras orizícolas são as que mais se destacam. Todas são irrigadas, e o cultivo faz-se por duas ou tres safras na mesma área. Em seguida, é abandonada esta atividade por um período de 5 ou mais anos, usando-se neste intervalo a área para pecuária extensiva. Há, portanto, uma rotação cíclica com áreas destinadas à pecuária e a lavoura de arroz. O arroz é a maior fonte de renda do município, contribuindo com mais da metade da receita. Neste tipo de lavoura predominam o arrendamento e a parceria, sendo o proprietário geralmente absenteísta. A região sobressai pela criação das raças holandesa e jêrsei, pois a instalação de uma moderna fábrica de laticínios tem, nos últimos anos, incentivado muito pecuária para leite. Criam-se também raças de corte; a ovelha é explorada na produção de lã e carne; os equinos da raça crioula são os mais encontrados.

O solo do tipo planossolo que caracteriza esta região, apresenta uma camada de argila ou material cimentado bem definido, em profundidades variáveis. Este solo é favorável à cultura do arroz, pois facilita a irrigação por inundação. Outro solo existente na zona é o vermelho-amarelo-podzólico, que predomina na zona ondulada e nos contrafortes da Serra dos Tapes. A produtividade destes solos vai de baixa a média; entretanto eles respondem bem às fertilizações.

As pequenas propriedades estão na zona ondulada e nos contrafortes da serra, onde a vegetação predominante era a floresta. O sistema de exploração da terra é a empresa familiar, característica do pequeno proprietário.

A estrutura fundiária da área estudada tem praticamente a mesma origem do resto do Estado.

Quando chegaram outros colonos europeus à área, na 2ª metade do século XIX, já os portugueses os haviam precedido de um século. As terras já tinham dono. Os campos destinados à pecuária, que até então eram as únicas terras de valor econômico, já estavam todos ocupados.

Como as propriedades no século passado não tinham seus limites bem definidos e os campos circundavam as matas, estas também foram consideradas propriedades particulares quando surgiu a viabilidade de loteamento para venda aos imigrantes.

Assim, explica-se por que as pequenas propriedades se localizaram em áreas de mata, e as grandes em áreas de campo.

3. O Povo

a. Principais Movimentos Migratórios

Após chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo em 1824, há uma fase de interrupção nas migrações internacionais. Uma lei de 1830 suspende subvenções, pagamento de passagem ou qualquer ajuda do governo, para quem quiser entrar no Brasil como imigrante. Em seguida, vem a Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, quando o colono já paga seu tributo de sangue, defendendo sua posição política. Com a proibição da entrada de escravos, medida aliás forçada por governos europeus, há tentativas de estabelecimento de novos núcleos coloniais no Sul. O núcleo de São Leopoldo cresceu e serviu de ligação entre os novos colonos e seus lotes. Surge em 1858 a colônia de São Lourenço do Sul, que deu origem à parte da população da área de nosso estudo.

A Guerra do Paraguai, de 1865/70, quando o ditador Lopez invade a Província em seu extremo sudoeste, veio interromper um período de desenvolvimento e cobrou pesado tributo ao povo gaúcho.

No último quartel do século, entrou-se na fase áurea das correntes migratórias, e o Rio Grande do Sul também é favorecido. Em 1875, entram os primeiros colonos italianos na região de Caxias; formam-se novos núcleos coloniais de pequenos proprietários em todo o Brasil meridional; mas o grosso da imigração se faz em função das necessidades da lavoura do café.

Aurélio Pôrto (1934) em "O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul" assinala a entrada dos 4.856 imigrantes germânicos no período compreendido entre 1824 e 1830. O mesmo autor avaliou em 17.714 o número de alemães vindos entre 1844 e 1870 para o Rio Grande do Sul. Dados estatísticos publicados no Diário Oficial da União, de 29/4/1937, informam que a imigração alemã foi de 154.999 pessoas, das quais 90.000 aproximadamente entraram no Rio Grande do Sul, antes da primeira guerra mundial.

São Leopoldo serve de ponto de apoio da colonização alemã; desse núcleo partem ou dele fazem ponte as novas colônias. Ao nordeste, surgem Taquara e Torres; ao norte, Nova Petrópolis e Feliz; ao noroeste, Lajeado e, já nos vales dos afluentes do Uruguai, Ijuí e Santo Angelo; ao oeste, Santa Cruz e Candelária, para citar alguns dos principais núcleos de influência germânica.

Conforme as estatísticas, citadas por Diegues (1964) e Côrtes (1958), as correntes migratórias de língua alemã foram em torno de quatro milhões de pessoas, tendo entrado no Brasil somente 7% deste total. Assim mesmo, dessas populações entradas, registra-se uma fixação das mais baixas, 24,49%. Estes alienígenas, além das migrações para o exterior, também se movimentam internamente. Na última década do século passado e nas primeiras deste, as correntes colonizadoras vão em direção do noroeste do Estado, atingindo o Vale do Uruguai, na divisa com Santa Catarina e Argentina. Daí entram no oeste de Santa Catarina, havendo grande concentração de colonos no vale do Rio do Peixe, que foi favorecido, na mesma época, com a construção da estrada de ferro que liga Porto Alegre a São Paulo.

Os italianos são os que mais participam nestes movimentos migratórios internos.

Em torno de 1950, todo o oeste de Santa Catarina está colonizado, e desencadeia-se um grande movimento em direção ao sudoeste paranaense, sul de Mato Grosso e mesmo para o Paraguai. Conforme se pode ver na Figura 3, Apêndice I, além das populações vindas das chamadas colônias velhas, São Leopoldo, Lajeado, Taquarana, Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi e outras, a corrente é engrossada pelas gerações novas do Alto Uruguai e do Oeste Catarinense.

As principais causas a que se atribuem esses movimentos são o crescimento das populações e consequente necessidade de mais terras, o desejo de enriquecimento e o espírito de aventura.

O imigrante, que, no Rio Grande do Sul, inicia a colonização pelos vales dos afluentes do Jacuí e encostas das serras, logo atinge o planalto e vai em direção ao Vale do Uruguai. Desenvolve-se na faixa das araucárias, que está compreendida entre o norte e noroeste do Estado, Sul e sudoeste do Paraná, serra do mar a leste e à altitude mínima de 400 metros ao oeste. Compreendendo a riqueza que o pinheiro representava, o colono passa a explorá-lo, inicialmente para uso doméstico e posteriormente, em maior escala, para exportação. Hoje estão praticamente extintos os pinheirais nativos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Orlando Valverde (1964), citando dados de 1950, mos-

tra a marcha devastadora dos pinhais brasileiros do sul para o Paraná. O município de Campos Novos, em Santa Catarina, possuía, em 1960, 67 serrarias em atividade, dando uma idéia da intensidade em que se explorava a madeira. A Klabin do Paraná deu um exemplo de reflorestamento e hoje Santa Catarina já possui consideráveis áreas em reflorestamento.

Na bibliografia consultada e pela pesquisa de campo, verificou-se que os imigrantes localizados na Serra dos Tapes, na metade do século passado, não migraram para outras áreas. Crê-se com isto que o elemento italiano motivou muito as correntes migratórias nas áreas acima referidas. A própria casa do imigrante italiano nos dá uma idéia de que está sempre pronto para mudar, enquanto o colono alemão apresenta casas bem acabadas, ajardinadas, dando impressão de maior estabilidade.

b. A Colonização do Extremo Sul

Em virtude de tais acontecimentos históricos e com a proibição da entrada de escravos em 1850 e a necessidade de abastecimento dos centros urbanos em constante crescimento, surge a tentativa de introdução do elemento estrangeiro em colônias em torno das cidades. Em Pelotas, conta-nos Osório (1962), que em 1851, se organizou a Associação Auxiliadora da Colonização. A mesma fundou um núcleo de colonização da estrada do Capão do Leão, oeste da cidade, com quarenta e oito lotes, tendo sido ocupados por irlandeses,

que, em seguida, abandonaram o local, e a companhia fracassou. Por essa época, e com colonos da mesma procedência, Tomas José dos Campos fundou a colônia do Monte Bonito, que teve a mesma sorte da naterior. Ambos os núcleos eram bem vizinhos da cidade. O mesmo autor nos informa que:

"Em 1856, Jacob Rheingantz contratou com o Governo Imperial a compra de terras devolutas na Serra dos Tapes para fundar uma colônia; a 15 de janeiro de 1858, à margem do arroio São Lourenço, então encravado neste município, de sociedade com José Antônio de Oliveira Guimarães, fundou a colônia de São Lourenço com 75 lotes. Essa colônia se estendeu em direção à cidade de Pelotas. Os núcleos para cá de Arroio Grande tomaram a denominação de Colônia do Cerrito, Arroio Grande, Progresso, Arroio Bonito, S. João, Arroio do Padre. O sucesso que coroou os esforços de Jacob Rheingantz frutificou então e foi daí que veio o rápido povoamento da região serrana. São 55, atualmente, os núcleos coloniais do município de Pelotas".

Os imigrantes adaptaram-se e progrediram rapidamente, sendo grande, hoje, o número de indústrias na sede do município e no interior, exploradas pelos descendentes de imigrantes alemães.

É oportuno esclarecer que os 55 núcleos coloniais do município de Pelotas, acima referidos, não são unicamente de imigrantes alemães; embora em menor escala, vieram italianos, franceses e espanhóis, estes últimos, na maioria das vezes, vindos de

países do Prata por motivos políticos. Cerrito é a sede administrativa do 3º Distrito, local de nosso estudo. O distrito não tem ponto de convergência social e econômico; há vários pontos em função de armazéns ou vendas, igreja e clubes de futebol. As vendas é que funcionam mais como ponto de atração nos fins de semana, pois possuem canchas de bocha, mantêm jogos de carta e outras atrações de interesse do colono. O Distrito de Boqueirão, de que fala Osório (1962), pertence atualmente ao município de São Lourenço, com sede à margem da Lagoa dos Patos. É surpreendente como se desenvolveu a população de origem alemã originária dos 55 núcleos, sendo hoje predominante na zona colonial de São Lourenço, Pelotas, Canguçu e Pedro Osório.

Os imigrantes europeus deram nova feição ao panorama socio-econômico reinante na época. Osório (1962), em 1922, já percebia a transformação. Quando se refere à história de Pelotas, diz: "Está o colono substituindo o guasca entonado das escaramuças de antanho". Guasca é uma expressão usada para designar peões de estâncias, geralmente índios ou mestiços.

O colono, por força do meio, teve de adaptar suas técnicas de trabalho à terra em sua nova propriedade. Passou a usar a queimada, como forma de tornar cultivável seu lote de terra; aumentou os cultivos do milho e feijão e diminuiu a lavoura de batata. Visto dispor de mais terra e as condições climáticas favorecerem, reservou uma área para manter permanentemente no pasto os animais de cria. O boi passou a ser usado em maior escala no trabalho

da terra. O cavalo, que na Europa era reservado às classes mais elevadas que a sua, passou a ser o meio de transporte pessoal e de prestígio social. A disposição desses novos elementos e mais a posse de um lote considerável de terra, de que a maioria não dispunha em seu país de origem, lhe asseguravam prestígio e uma posição mais elevada na nova sociedade brasileira.

Os colonos em sua nova pátria reorganizaram-se tecnicamente, mas a língua, a religião e a recreação permaneceram basicamente as mesmas. Isto veio criar certo enquistamento dos imigrantes em seu novo "habitat". Só a partir da década de trinta do século atual, é que, sob a pressão do governo federal, passou-se a uma campanha mais efetiva de abasileiramento, principalmente das colônias alemãs. A língua nas escolas, que até então era alemã, passou obrigatoriamente a ser a portuguesa; o serviço militar obrigatório passou a exigir a língua nacional e a entrosar mais os descendentes de imigrantes com os nativos. A segunda guerra veio aumentar a pressão, no sentido de despertar nos imigrantes e seus descendentes uma consciência de que, por força da imigração, possuíam outra pátria e outra bandeira. Estas medidas do governo federal refletem mudanças, que hoje percebe-se bem claras. Há uma faixa da população mais velha na zona colonial, em que as mulheres não falam o português e os homens falam com muita dificuldade, sempre preferindo o alemão, enquanto, entre as pessoas mais novas, a língua alemã está em segundo plano e é reservada só para uso doméstico. Só nos últimos anos, é que se verifica a mudança das sociedades recreativas, trazidas da Alemanha, co

mo as de tiro ao alvo, substituídas pelos clubes de futebol.

No século passado, embora os imigrantes permanecessem na sua maior parte isolados no meio rural, houve alguns que migraram para os centros urbanos e se dedicaram ao comércio e à incipiente indústria da época. Excluindo a indústria e o comércio do charque, que no fim do século já não tinham a expressão econômica até então desfrutada, os descendentes de imigrantes alemães possuem grande influência nos setores da indústria e do comércio. No século atual, é indiscutível o papel de destaque do descendente do imigrante em todos os setores da vida nacional. No Rio Grande do Sul vê-se, em todos os setores, a presença e o relevo dos descendentes de imigrantes, e compreende-se o que representou de positivo para a Província a chegada das correntes imigratórias.

Do início da colonização até 1893, Coaracy (1957) apresenta uma relação do número de lotes vendidos, com seus respectivos tamanhos e compradores. Nessa lista vemos que, no núcleo colonial fundado por Rheingantz, foram vendidos 1.189 lotes a colonos descendentes de alemães, com média de 34 ha. No entanto, isto dá base exata do número de famílias que aí se estabeleceram, pois alguns colonos compraram dois ou mais lotes, outros dedicaram-se ao comércio e outros a profissões liberais. O mesmo autor informa que, em 1898, existiam na colônia de São Lourenço 12 mil habitantes, dando uma idéia mais exata da população desta colônia. Pode-se considerar que esta colônia deu origem à pequena propriedade na região sul do Estado. Posteriormente, com aumento da população e a neces-

sidade de mais terras para os novos casais, grandes proprietários nas vizinhanças do núcleo colonial lotearam parte de suas terras e as venderam aos colonos. Na área pesquisada, duas colônias têm nome de fazendeiros, Osório e Py Crespo, que, nas décadas de 30 e 40 deste século, lotearam parte de suas terras, vendendo-as para colonos. Estas duas são consideradas colônias novas, pois foram os últimos loteamentos que se deram na região.

B. UNIVERSO E AMOSTRA

A população da área em pauta está sob a influência de instituições federais de pesquisa, ensino e extensão, razão por que também se pensou em colaborar no sentido de que a área fosse melhor conhecida e, conseqüentemente, melhor interpretada nos planos de desenvolvimento regional.

A Subprefeitura do 3º Distrito de Pelotas, RS, forneceu uma relação com os nomes e as áreas correspondentes a 870 proprietários. Desta lista descartaram-se 29 propriedades com áreas superiores a 100 hectares e uma com menos de 100 ha, mas pertencente ao Estado.

Os motivos que se ponderaram, para limitar o estudo às áreas de propriedades até 100 ha e considerá-las pequenas, foram: a) as propriedades, com mais de 100 ha, passam a dispor de maiores superfícies e a decrescer acentuadamente em número, conforme se pode ver no Apêndice III; b) propriedades com áreas superiores a

Como o objetivo era conhecer a situação socio-econômica dos pequenos proprietários e seus familiares, ligando-os à área de terra explorada, e não à posse legal, deu-se como satisfatória a distribuição da amostra corrigida. Posteriormente, também na tabulação, eliminou-se um questionário de proprietário com mais de 20 ha, por estar muito destoante dos demais, em suas atividades tanto dentro como fora da propriedade.

C. Coleta de dados

Nos dois estratos, o nível cultural é bastante baixo, e houve muitos dos elementos sorteados que se negaram a responder ao questionário, tendo sido substituídos. Com outros, a entrevista foi bastante difícil, porque não estavam acostumados a dialogar com pessoas estranhas a seu meio. A língua também foi um problema a superar; muitos preferem falar o pomerano ou outros dialetos alemães; os mais velhos principalmente têm muita dificuldade de se expressar em português. Muitas das entrevistas só foram possíveis graças à colaboração de um antigo comerciante da área, hoje aposentado, que nos acompanhou e serviu de intérprete.

Os descendentes de imigrantes alemães, embora de segunda ou terceira geração, que se mantiveram afastados de outros grupos étnicos, mostram-se muito reservados em contato com estranhos. Esta prevenção se explica pelo fato de alguns agricultores terem sido enganados por vendedores de títulos e de mercadorias liga

100 ha tendem a dedicar-se mais à pecuária extensiva.

Para melhorar a eficiência da amostragem, estratificou-se a população em dois grupos, um com propriedades até 20 ha e outro com propriedades maiores de 20 até 100 ha. O primeiro grupo ficou com um universo de 491 propriedades, das quais foram sorteadas 39, e do segundo, com um universo de 349 propriedades, foram sorteadas 28, totalizando uma amostra de 67 casos

O tamanho da amostra foi estabelecida segundo o critério exposto por Tompkin (1966).

Constatou-se, no levantamento de campo, que havia proprietários administrando áreas maiores do que as dadas a conhecer na relação da Subprefeitura. Considerou-se nestes casos toda a área sob a responsabilidade do entrevistado e fez-se a correção relativa a amostra sorteada, conforme pode ser visto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO 3º DISTRITO DE PELOTAS, EM DOIS ESTRATOS E SUAS RESPECTIVAS AMOSTRAS - 1967.

| Área das propriedades | População por estrato | Amostra sorteada | Amostra corrigida |
|--------------------------|-----------------------|------------------|-------------------|
| Até 20 ha | 491 | 39 | 30 |
| Maiores de 20 até 100 ha | 349 | 28 | 37 |
| TOTAL | 840 | 67 | 67 |

das ao comércio ambulante. Foram apresentados vários casos em que o vendedor expunha certas condições favoráveis ao agricultor que assumia o compromisso de pagamento; mas na hora de o saldar, as condições eram outras.

A investigação foi levada a efeito através de entrevista direta com o proprietário, oportunidade em que se preencheu um questionário (vide apêndice 4). Os contatos diretos com os proprietários e seus familiares nos estabelecimentos permitiram observações que enriqueceram o conhecimento que já se tinha da área, e permitiram chegar-se às inferências que o trabalho apresenta. O questionário compõe-se fundamentalmente de duas partes: a primeira com a finalidade de obtermos subsídios para melhor compreendermos a situação socio-econômica do pequeno proprietário, quanto à composição e instrução da família, organização social, mão-de-obra e tamanho da propriedade, produção e comercialização e renda familiar; a segunda, com a finalidade de estudar suas aspirações.

Durante a estada no campo, nos meses de janeiro e fevereiro de 1967, aproveitou-se a oportunidade também para obterem-se, através da liderança local e de pessoas idosas, informações que permitissem levantar detalhes de origem da população estudada.

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO E ASPIRAÇÕES DA
FAMÍLIA DOS PEQUENOS PRO
PRIETÁRIOS

A. COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES DA FAMÍLIA

Foram 66 proprietários chefes de família entrevistados compreendendo uma população de 410 pessoas. A família era constituída do casal, seus filhos e parentes próximos que residiam na mesma casa. O número de filhos é de 220, dando, em média, 3,38 por casal.

O grupo familiar possui em média 6,21 pessoas, agregados os parentes que residem com a família e que são chamados de sócios. Dos estabelecimentos, 61% são possuídos por famílias nucleares, enquanto o restante é possuído por famílias extensas. Constitui-se a família extensa de dois casais, geralmente representando duas gerações, ou por um casal e irmão, ou sobrinhos, ou tios de um dos cônjuges. Visa, basicamente, a organização desse grupo dois objetivos: proteger o casal mais velho ou os parentes solteiros na velhice, e evitar o fracionamento da propriedade, tornando-a insuficiente para manutenção de uma família.

Ursula Albersheim,(1962), em "Uma Comunidade Teuto-Brasileira", referindo-se ao problema, diz: "... é comum que um indivíduo, ao sentir-se velho, passe, ainda em vida, seus bens aos herdeiros; em geral fa-lo-á mediante contrato firmado em cartório, através do qual o filho se compromete a sustentar seus pais".

A autora esclarece que esse filho pode ser ou não o primogênito, o que verificou-se também no 3º Distrito de Pelotas.

A constituição do grupo familiar está ligada à tradição na zona colonial. Os varões, quando estão em idade de constituir nova unidade familiar, deverão adquirir uma gleba de terra para nela organizar sua família. A aquisição da terra é feita com a ajuda financeira de familiares, os quais obterão, em troca, a concordância de que um dos irmãos, após casar, permaneça na propriedade, protegendo seus pais na velhice e ficando com toda a gleba em seu nome. Quanto à finalidade da preservação de um tamanho de propriedade que permita dar subsistência a uma família ou grupo familiar reduzido, está na própria origem da colonização da região. Os lotes adquiridos pelos imigrantes, em sua maioria, estavam em torno de 25 ha. A colonização da área já tem mais de um século. Se as propriedades tivessem sido divididas pelo número de filhos do casal, já na primeira geração não ofereceriam mais condições de subsistência. As famílias não poderiam tirar da herdade sustento e recursos para seu desenvolvimento sócio-econômico.

Emílio Willems (1946), considera como principal função deste sistema, que foi trazido da Europa, evitar a subdivisão da propriedade.

Os casais possuem em média três a quatro filhos. Na tabulação observou-se que, de cada quatro, três haviam comprado e um herdado suas propriedades.

No Apêndice II, Gráfico 2, vê-se a frequência do número de filhos relacionado com a idade das mães. Pela média das idades

des das mães, podemos ver que a tendência é terem os casais em média três a quatro filhos. Entre os casais que têm um e dois filhos, as mães possuem a média de 33 a 36 anos de idade. Considerando a pouca idade com que se casam as mulheres da região colonial, 16 a 20 anos, e a média da idade das que possuem quatro filhos, observa-se que é relativamente alta, o que evidencia a validade da média dos filhos por casal.

Notou-se, durante as entrevistas, nos pais de filhas solteiras com mais de vinte anos grande preocupação pelo futuro de suas filhas, pois não viam mais a possibilidade da tradicional segurança dada pelo casamento.

B. GRAU DE ESCOLARIDADE

O grau de escolaridade da população estudada é bastante uniforme. As zonas coloniais formadas por imigrantes descendentes de europeus organizam e mantêm tradicionalmente sociedades com fins religiosos e educacionais. O pastor geralmente acumulava a função de pregador e de professor, e o templo de casa de oração e escola. Hoje, com a escola pública bastante difundida e com as professoras nomeadas pelo Estado, encontrou-se sociedades colaborando com as escolas e mantendo o pastor e a igreja. Como se vê, a escola é uma necessidade intrínseca da população estudada. Os entrevistados têm em média 3,8 anos de escola e são, na grande maioria, brasileiros descendentes de imigrantes europeus de duas a cinco gerações.

Encontraram-se apenas dois proprietários que se declararam analfabetos, e 16 com um e dois anos de escola, que podem ser considerados semi-analfabetos, pois, normalmente, não têm o costume da leitura, nem fazem uso da escrita. Estes representam 27% da amostra. Com 3 a 5 anos de escolaridade, há 59% da população da amostra. Os 14% restantes têm mais de 5 anos de escola. Destes, dois frequentaram a escola primária de 8 anos; um havia cursado um colégio agrícola, na parte correspondente ao ginásio; o outro havia frequentado o curso de contabilidade local. Os demais cursaram 6 anos de escola primária.

Entre os filhos dos pequenos proprietários entrevistados que já haviam deixado a escola, casados ou não, encontrou-se uma média de escolaridade igual a 4,2 anos. É pequena a diferença no grau de escolaridade entre pais e filhos, embora lembre-se quanto foi incrementado nos últimos anos o número de novas escolas.

A população estudada, como vimos, apresenta um grau de escolaridade considerável, mas é indiferente com relação a novos conhecimentos técnicos e desenvolvimento sócio-cultural. Evidenciou-se isto pelas seguintes declarações: 56% da população declararam que não necessitavam de maiores instruções, pois seus conhecimentos sobre agricultura eram satisfatórios, acrescentando que já não estavam em idade de obter novos conhecimentos. O restante declarou que, em condições favoráveis, gostaria de adquirir maiores conhecimentos sobre agricultura e comercialização. Estes parecem interessados em mudanças, mas não sabem defini-las.

As necessidades de inovações tecnológicas têm de ser sentidas pelo produtor rural para serem adotadas. Saliente-se o papel fundamental do agente externo, no caso os serviços de assistência técnica, para motivar o colono, com sua transformação de simples proprietário em empresário agrícola.

Com relação aos filhos, os entrevistados assim se distribuem:

- 42% acham suficiente que seus filhos cursem cinco anos de escola primária; admitem a continuação dos estudos em escola de outro grau só com o propósito de deixar as atividades agrícolas;

- 32% acham que os filhos devem cursar mais de cinco anos;

- 20% acham suficiente 4 anos de escola primária;

- 6% acham que 3 anos de escola primária são suficientes para sua prole.

Observe-se que todos julgam a escola uma necessidade. Os 42% ressaltam o caso de permanecerem na agricultura, e os 32% acham que os filhos devem estudar mais e mudarem de profissão. Isto fica no campo das aspirações, pois, quando determinamos a profissão dos filhos casados, a grande maioria permanece na agricultura, e os que a abandonam, não vão em busca de mais estudo, e sim de outras profissões que não requerem maior grau de escolaridade.

Dividindo a população em dois estratos, um de pro-

prietários que possuam de 20 ha para mais e outro com proprietários possuindo até 20 ha, não se encontrou diferença significativa entre o grau de escolaridade dos dois grupos.

C. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A população estudada possui características comuns e está limitada a uma área geopolítica. No entanto, não se pode classificá-la como uma comunidade rural integrada. A sede administrativa da área é a Subprefeitura, que, por sua vez, tem pouca autonomia em relação à sede do município, centro das decisões. A limitação geográfica da área não leva em consideração o interesse dos grupos locais, e sim o interesse político-administrativo da sede do município. Dentro dos distritos existem subdivisões, chamadas colônias; os nomes destas estão ligados a santos, acidentes geográficos e antigos proprietários. Nessas colônicas, o ponto de encontro da população fica nas casas comerciais, nas igrejas e nas escolas; mas em nenhum dos casos, tem-se a idéia de uma comunidade integrada.

Esta forma de organização vem desde a origem da colônização da área. Os colonos compravam seus lotes nas picadas que iam sendo abertas e em seguida construíam suas casas, embora rústicas, já na gleba. Os lotes conhecidos também como colônias possuem uma pequena frente para a estrada com aproximadamente 200 metros e uma profundidade de mais de 1000 metros.

Este sistema de colonização em linha é bem distinto dos tradicionais núcleos de reforma agrária usados na Europa e mesmo na América, onde se forma um núcleo residencial com os serviços de escola, igreja, cooperativa, assistência técnica e médica, e os lotes, com uma forma mais fácil de serem trabalhados mecanicamente são situados em áreas circunvizinhas do núcleo; povoamento em aldeia. No núcleo de reforma agrária do Banhado do Colégio no vizinho município de Camaquã, esta forma de colonização apresenta bons resultados, embora alguns colonos, contrariando normas administrativas, tenham construído outra casa no lote.

As organizações religiosas são as que têm maior número de associados; mais da metade da população faz parte de uma das chamadas comunidades religiosas. Estas são de diferentes credos e não se limitam às colônias ou distritos, e sim ao grupo de fiéis de determinada crença.

A cooperativa, da qual 25% dos entrevistados são associados, é uma indústria de laticínios fundada pelo Governo Federal em convênio com organizações internacionais. A fábrica está montada próximo à cidade de Pelotas. Os associados da cooperativa não têm consciência de seu papel e a tomam como uma empresa compradora de sua produção de leite. Esta afirmação ficou evidenciada quando somente 6% dos entrevistados disseram ter uma vaga idéia do que seja o cooperativismo, e os restantes declararam não ter noção dessas formas de organização.

Existe uma sociedade de produtores de pêssego com finalidade de defender os interesses dos agricultores nesta cultura, da qual 15% dos entrevistados são sócios. Essa associação traz a idéia de grupo especializado e funciona mais como um instrumento de defesa de preços junto à indústria.

Existem outras formas de associação, tais como a de bataticultores e a Sociedade Esportiva de Tiro ao Alvo. É mínimo o número de entrevistados que delas fazem parte. Como vemos, nenhuma delas sugere idéia de organização comunitária; são organizações independentes e sem vínculos entre si.

As diversões giram em torno das festas promovidas pelas igrejas, em que se reúnem diferentes credos, ou dos salões de baile, explorados por particulares, ou dos clubes de futebol e das casas comerciais, também chamadas de vendas, onde os moradores de vizinhança se reúnem para jogar bocha ou cartas nos fins de semana. Encontram-se vinte e sete casas comerciais distribuídas na região colonial, distantes umas das outras de dois a quatro quilômetros e variando muito em sua capacidade comercial. Existem umas em que se encontra, praticamente, tudo o que o agricultor necessita, desde instrumentos agrícolas e adubos até confecções e calçados. Outras são pequenas vendas, também chamadas de boliches, em que se vendem bebidas, cigarros e outras miudezas.

Como vemos, o agricultor, embora não possua um sistema centralizado de prestação de serviços como escola, igreja, casa comercial, clube, etc., encontra na área as condições para satisfazer suas necessidades básicas sem ter de recorrer à sede do município.

D. ÁREA DA PROPRIEDADE E MÃO-DE-OBRA

A área da propriedade e a mão-de-obra familiar são dois elementos fundamentais para o agricultor. Estabelecimentos com menos de 10 ha, classificados como minifúndios pelo INCRA não absorvem toda mão-de-obra familiar, gerando baixa renda. Este aspecto conduz a um círculo vicioso, pois baixa renda não permite nem poupar, nem investir; logo, o colono não pode adquirir mais terra, fonte de trabalho e elemento fundamental na sua infra-estrutura socio-econômica.

O levantamento da opinião dos agricultores com relação à área de suas propriedades, classificadas em boas, regulares e pequenas, apresenta os seguintes resultados: 18% dos entrevistados julgaram bom o tamanho de suas propriedades, os quais possuíam em média 42 hectares; 45% julgaram suas propriedades como regulares, e possuíam em média 28 hectares; 37% as julgaram pequenas; estes possuíam em média 10 hectares.

Com base nessas informações, observa-se que o ponto crítico com relação ao tamanho das propriedades pode ser considerado como intermediário entre propriedades regulares e pequenas, e, portanto, próximo a 19 hectares. Isto viria confirmar a divisão inicial no momento do sorteio da amostra, quando se dividiu a população em dois estratos: um com propriedades de 20 hectares para mais e outro de propriedades com menos de 20 hectares.

Os proprietários destinam pequena percentagem de suas glebas à pecuária, sendo a maior parte reservada à agricultura. Nas propriedades com mais de 50 ha, aumenta consideravelmente a área destinada à pecuária. Assim, os estabelecimentos com mais de 50 ha possuem em média 26 ha destinados à pecuária, enquanto as que dispõem de 20 até 50 ha destinam em média 6 ha, e as que possuem menos de 20 reservam em média 2 ha. A área para a pecuária em herdades menores de 50 hectares é reservada ao gado de leite e aos animais de trabalho, enquanto nas maiores de 50 hectares, na maioria dos casos, estas áreas destinam-se a gado de corte.

Norman Rask (1965), em "Tamanho da Propriedade e Renda Agrícola", refere-se ao problema da relação direta entre o aumento das áreas dos estabelecimentos e as percentagens destinadas à pecuária, sem haver, no entanto, aumento proporcional das áreas destinadas à agricultura. Limitando esta a tecnologia empregada e a mão-de-obra disponível na família.

O elemento básico de trabalho empregado na exploração da terra é a mão-de-obra da família do pequeno proprietário, seguindo-se a eventual contratação de assalariados e a parceria.

O assalariado encontra trabalho por um período de tempo que varia de uma semana a três meses e sempre em épocas de colheitas. Assim, o entrevistado A empregou cinco assalariados durante uma semana na colheita de batatas. O entrevistado B contratou o trabalho de seis pessoas por um mês nas colheitas de cebola e aspargo. Os en

trevistados C e D contrataram respectivamente dois e sete empregados, pelos períodos de dois e três meses, nas colheitas de pêssego e aspargo.

O total das propriedades que empregam mão-de-obra assalariada é de 22%. Esta mão-de-obra assalariada é originária da própria região e de propriedade cujo tamanho não absorve toda mão-de-obra da família.

Propriedades maiores de 20 hectares usam mais mão-de-obra assalariada que as outras. A mão-de-obra assalariada foi encontrada em 38% destas propriedades e em apenas 6% daquelas que possuem menos de 20 ha.

Com relação à área das propriedades, a parceria verificou-se, da seguinte forma: as com mais de 20 hectares oferecem terras, enquanto os proprietários com menos de 20 hectares e os sem terra oferecem mão-de-obra.

As famílias que não possuem terras, são encontradas em propriedades com mais de 40 hectares. As famílias de parceiros sem terra exploram áreas que variam de 9 a 15 hectares e residem no imóvel. Os proprietários possuidores de 20 a 40 hectares destinam áreas de 2 a 4 ha de terras a serem exploradas por parceiros minifundiários de áreas vizinhas.

Entre os proprietários com menos de 20 hectares encontraram-se 35% que usam em parceria terras de seus vizinhos. Dividindo esta população em proprietários com 10 ou mais hectares e proprietários com menos de 10 hectares, vemos que, no primeiro ca-

so, 15% tomam terras em parceria e no segundo 73%. No caso desses últimos, os 27% restantes têm atividades fora de suas propriedades, na maioria como assalariados na época das colheitas. Isto demonstra que propriedades com menos de 10 ha não absorvem toda a mão-de-obra familiar.

A parceria tem, basicamente, duas formas de pagamento pelo uso da terra: uma, quando o parceiro reside na propriedade e trabalha a "meia", isto é, 50% de toda a produção é entregue ao proprietário; no segundo caso, quando o parceiro não reside na propriedade, o pagamento é a "terça", sistema em que o parceiro entrega 33% do produto de suas colheitas ao proprietário.

O arrendamento em pequenas propriedades não foi encontrado, embora alguns dos que fornecem terras em parceria, chamem seus parceiros de arrendatários, e todos os pequenos proprietários, que tomam terras em parceria se classificam como arrendatários. Nas vizinhas granjas de arroz, o arrendatário é o empresário agrícola, com bom nível de vida e status social, daí a autopromoção.

A força de trabalho de uma família ou grupo familiar empregada na exploração da pequena propriedade depende, basicamente, do número, idade e sexo dos filhos, de outros parentes que morem junto à família, e de outras atividades paralelas do grupo familiar. No caso das propriedades pertencerem a duas famílias que exploram a terra em conjunto, formando um grupo familiar extenso, o

entrevistado chamava os demais de sócios.

No Quadro 4, apresenta-se, a distribuição da população estudada, com relação ao número de pessoas por família e sua capacidade relativa de trabalho, medida em equivalentes-homem.

Quadro 4 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO 3º DISTRITO DE PELOTAS, SEGUNDO A IDADE, SEXO E FORÇA DE TRABALHO. 1967.

| Distribuição etária | Nº | Sexo | | Fôrça de trabalho em equivalente-homem | |
|--|----|-------|------|--|------|
| | | Masc. | Fem. | Masc. | Fem. |
| Proprietários | 66 | 65 | 64 | 1,00 | 0,50 |
| Filhos solteiros de 16 anos e mais. | 62 | 38 | 24 | 1,00 | 0,50 |
| De 10 até 16 anos. | 41 | 24 | 17 | 0,50 | 0,25 |
| Menores de 10 anos. | 56 | 27 | 29 | - | - |
| Socio ou familiares de 60 anos e mais. | 13 | 6 | 7 | 0,50 | 0,25 |
| De 16 até 60 anos. | 36 | 20 | 16 | 0,50 | 0,25 |
| De 10 até 15 anos. | 2 | 2 | - | 0,50 | 0,25 |
| Menores de 10 anos. | 10 | 6 | 4 | - | - |

A fôrça de trabalho, referida no Quadro 4, foi calculada considerando a jornada de trabalho de um adulto do sexo mas

culino entre 16 e 60 anos igual a 1 (um) e atribuindo-se valor de 0,5 às mulheres nas mesmas condições. Aos homens com mais de 60 anos e aos rapazes entre 10 e 16 anos atribuiu-se valor igual a 0,50, e às moças de 10 a 16 anos e às mulheres de mais de 60 anos atribuiu-se 0,25.

Com base no Quadro 4, calculou-se a mão-de-obra que conta cada família de entrevistado, encontrando a média de 2,94 jornadas de trabalho disponível por família. Esta distribuição da mão-de-obra familiar é uniforme com relação à área da propriedade, mostrando grande homogeneidade na constituição do grupo familiar da população estudada.

José Itamário Sá (1965), em "Utilização da Mão-de-obra e Níveis de Renda em Pequenas Propriedades Rurais", também encontrou uma média de três equivalentes-homem, como mão-de-obra familiar, disponível nas pequenas propriedades em Sta. Rosa - RS.

Nas propriedades com mais de 20 ha, encontraram-se 60% das famílias empregando assalariados e parceiros, além da mão-de-obra dos familiares, enquanto 40% desses exploram a terra somente com mão-de-obra da família.

A exploração dos estabelecimentos com menos de 20 ha faz-se, em 90% dos casos, somente com mão-de-obra da família e, em 10%, com ajuda de assalariados.

Há relativo equilíbrio da utilização da força de trabalho na área, os minifundiários empregam seus excedentes de mão-

de-obra em propriedades maiores ou atividades paralelas à agricultura. As famílias que possuem menos de 10 ha desfrutam um nível de vida bastante baixo, mas só em casos esporádicos é que trabalham como assalariados fora da área. Nos municípios vizinhos onde predominam outras etnias, que não a alemã e a italiana, o problema do minifúndio é mais acentuado e observa-se grande deslocamento de mãode-obra para as granjas de arroz na época das colheitas em condições muito precárias de trabalho.

E. RENDA FAMILIAR

A determinação da renda é um tópico difícil em uma pesquisa com pequenos proprietários, pois os mesmos não possuem contabilidade, nem anotações do movimento comercial. Todas as informações foram de memória. Há uma tendência para ocultar certos dados porque o agricultor não entende a razão do levantamento. Para se ter confiança nos dados calculou-se a renda bruta com certa margem de segurança, determinando-se a área de cada cultura, a produtividade e os preços no mercado. No Quadro 5 relacionou-se às principais fontes de renda referente aos produtos agrícolas e atividades paralelas.

A batata e a cebola são culturas de alta produção por área, por isso preferidas pelos pequenos proprietários. No entanto sofrem oscilações muito grandes quanto à sua produção e principalmente quanto ao preço. A batata e a cebola, que foram sempre cultu

ras tradicionais nas colônias de imigrantes, vêm cedendo lugar a outras culturas com mercados mais estáveis e possibilidade de industrialização. A cebola, embora sofra oscilações de preço, tem tido melhor comercialização, daí o número dos que se dedicam a esta cultura.

O pêssego, o leite, o aspargo e o morango, como os demais produtos, do ponto de vista do agricultor, não possuem preços satisfatórios; mas como a sua industrialização é feita na sede do município, mantêm-se em preço mais estável. Estes produtos são os que dão certa constância ao orçamento do agricultor.

A citricultura está em função do mercado de consumo "in natura". O fumo é controlado por grandes companhias que financiam a cultura e controlam os preços. O agricultor que vendia carvão tinha nível de vida muito baixo e sete filhos, nenhum frequentando escola. As demais atividades estão ligadas a culturas de subsistência e só pequenas sobras são colocadas no mercado. A criação de suínos é comum, mas num grau muito rudimentar de exploração. Não se encontrou em nenhum estabelecimento raças melhoradas e instalações apropriadas. A criação de bovinos está ligada à produção de leite e só nas propriedades maiores de 50 hectares é que se torna fator importante como fonte de renda.

A principal atividade paralela à agricultura é a do caminhoneiro, que também faz papel de intermediário. Nesta atvidade não conseguimos determinar satisfatoriamente a renda.

Quadro 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O NÚMERO DE PRODUTORES POR FONTE DE RENDA E NÚMERO DE PRODUTORES NAS TRÊS PRINCIPAIS FONTES DE RENDA POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA. ATIVIDADES PARALELAS À AGROPECUÁRIA E NÚMERO DE ENTREVISTADOS QUE A ELAS SE DEDICAM. - 3º DISTRITO DE PELOTAS - 1967.

| FONTES DE RENDA | Nº DE ENTREVISTADO E ORDEM DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DAS FONTES DE RENDA | | | ATIVIDADES PARALELAS À AGROPECUÁRIA | NÚMERO DE PRODUTORES |
|-----------------|---|----|----|-------------------------------------|----------------------|
| | 1º | 2º | 3º | | |
| CEBOLA | 17 | 20 | 9 | CAMINHONEIRO | 16 |
| BATATA | 10 | 10 | 9 | | |
| PÊSSEGO | 10 | 7 | 2 | RECEBE JUROS | 13 |
| LEITE | 9 | 3 | - | | |
| ASPARGO | 6 | 3 | 1 | ASSALARIADO | 3 |
| SUINOS | 1 | 6 | 1 | | |
| BOVINOS | 2 | 2 | 4 | COMÉRCIO | 2 |
| MILHO | 3 | - | 2 | | |
| FEIJÃO | 1 | 1 | 3 | BARBEIRO | 2 |
| MORANGO | 1 | 2 | 2 | | |
| CITRUS | 2 | 3 | 1 | INTERMEDIÁRIO | 2 |
| AVES E OVOS | 2 | 2 | 1 | | |
| FUMO | 1 | 1 | - | OLEIRO | 1 |
| CARVÃO | 1 | - | - | | |

O empréstimo de dinheiro a juros representa parcela relativamente pequena na renda familiar. Os juros recebidos variam de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 450,00, dando em média Cr\$ 176,00, pouco mais de 2 salários mínimos regionais na época. Doze dos que receberam juros são proprietários com mais de 20 hectares, e somente um com menos de 20 hectares.

Os proprietários minifundiários que recorrem a atividades paralelas para aumentarem a renda da família; só trabalham como assalariados em último recurso, pois consideram um desprestígio essa condição. Quando se referiam à situação, consideravam passageira e mesmo humilhante para si ou membros da família.

A população estudada por J.R. Brandão Lopes (1961) em "Sociedade Industrial no Brasil" difere neste particular, visto que pequenos proprietários e assalariados apresentavam praticamente as mesmas aspirações na área de seu estudo.

As demais rendas declaradas provenientes de atividades paralelas foram muito pequenas, representando uma percentagem mínima em relação à advinda de produtos agropecuários.

Considerou-se renda familiar bruta o montante em dinheiro apurado pela família do pequeno proprietário durante um ano. A renda foi computada durante o ano compreendido entre 31-1-66 e 31-1-67. Isso facilitou a avaliação, visto que os principais produtos, batata, cebola e pêssego colhem-se em dezembro e janeiro, e aspargo até início de dezembro. O salário mínimo regional da época era Cr\$ 76,50 mensais.

Correlacionando-se a renda e a área da propriedade , para N = 66 e 64 graus de liberdade, o valor de t tabulado ao nível de 1%, foi 2,655; o valor encontrado para t foi de 4,268, demonstrando, portanto, alta correlação entre as duas variáveis.

(Apêndice III e Quadro 4).

Usou-se para determinar as correlações a fórmula:

$$r = \frac{\Sigma XY - \frac{\Sigma X \cdot \Sigma Y}{N}}{\sqrt{\left[\Sigma X^2 - \frac{(\Sigma X)^2}{N} \right] \left[\Sigma Y^2 - \frac{(\Sigma Y)^2}{N} \right]}}$$

Com o auxílio do teste dado pela fórmula

$$t = \frac{r}{\sqrt{1 - r^2}} \cdot \sqrt{N - 2}$$

avaliou-se o resultado.

No Apêndice III, vê-se o Gráfico 3, relativo as áreas médias e as rendas médias das propriedades da amostra acumulada em cinco estratos, onde observa-se um crescimento acentuado da renda média entre os dois primeiros estratos, um leve crescimento no seguinte, voltando a crescer nos dois últimos.

Viu-se anteriormente que a mão-de-obra disponível por propriedade estava em torno de tres pessoas por família. Assim, se a remuneração da mão-de-obra familiar fosse calculada em função do salário mínimo, esta absorveria toda a renda bruta obtida nos esta belecimentos com menos de 10 ha.

F. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Na primeira parte deste tópico, analisa-se a produtividade do estabelecimento, notando-se baixo nível tecnológico, relacionado com baixo nível sócio-cultural.

Norman Rask (1965), em "Tamanho Mínimo e Combinação de Atividades para Pequenas Propriedades", chama a atenção para o baixo nível tecnológico dos agricultores e para o fato de estabelecimentos com menos de 10 ha, onde nem a alta produtividade daria condições para elevar o nível de vida da família.

Arguidos sobre a produção de suas lavouras, classificadas em boas, regulares e pequenas, assim se manifestaram os entrevistados: 18% declararam que obtiveram boas produções; 45% regulares; 11%, pequenas, e 6% não tinham noção de classificação. Analisando-se as razões por que os produtores acharam boas ou pequenas as produções, observou-se que aproximadamente a metade das pessoas entrevistadas atribuía as diferenças de produção ao "tempo", no sentido de fatores climáticos, como secas, chuvas em demasia, geadas, granizos, etc.

Uma parcela menor atribuiu as baixas colheitas a doenças consideradas de origem superticiosa. Alguns as explicavam pela falta de adubo mas ao mesmo tempo justificaram não usá-lo por escassez de recursos econômicos. Outros disseram que suas terras estavam velhas e fracas. Uma boa percentagem não sabia por que as colheitas eram boas ou ruins, imputando à sorte as diferenças.

Perguntados sobre o que poderia ser feito para aumentar a produção, 75% responderam que não sabiam o que fazer; 17% acham que adubar mais resolve; 5% julgam que mecanizar as lavouras ajuda; 3% acham que é necessário melhorar a semente.

Com os dados da produção que se obteve; com a classificação das colheitas em boas, regulares e pequenas; com os fatores a que se atribuem as diversas produções; pelo que julgam que poderia aumentar a produção fica evidente o baixo nível tecnológico dos entrevistados. Notou-se uma coincidência entre o número dos que atribuem o resultado de suas colheitas ao "tempo" e mais os que não responderam, com o número de entrevistados que não souberam indicar um método para aumentar suas colheitas.

É perfeitamente compreensível que as condições climáticas estejam fora do controle do pequeno proprietário. No entanto, outros fatores responsáveis pela produtividade, perfeitamente controláveis pelo conhecimento técnico-científico, os agricultores em sua maioria os desconhecem totalmente.

No sistema de comercialização, estudou-se as agências em que o agricultor coloca seus produtos, obtendo-se as seguintes percentagens: 53% vendem seus produtos aos caminhoneiros; 31% às fábricas; 13% às cooperativas; 3% às casas comerciais próximas de suas propriedades.

Perguntados sobre o que achavam dos preços pagos, responderam: 59% que era baixo o preço; 27% muito baixo, 8% regular, 6% bom.

Inquiridos sobre se tinham consciência de outras formas de comercialização em que pudessem obter melhores preços, chegou-se aos seguintes resultados: 54% acham que só aumentando o preço dos produtos agrícolas, 11% julgam que vendendo direto ao consumidor nas feiras livres; 6% acham que através da organização de cooperativas, 4% plantando maior área, 2% aumentando a produtividade; 22% não responderam.

A produção dos agricultores, em sua maior parte, não é entregue só a uma firma compradora, e sim a duas ou mais; portanto, a percentagem das respostas é em relação ao total.

O termo "caminhoneiro", muito empregado na área é bastante amplo; engloba todas as vendas do agricultor em sua propriedade para pessoas não identificadas. Na comercialização da cebola e da batata, é que mais se emprega este processo. Consiste na vinda de pessoas, em caminhões, à casa do pequeno proprietário para adquirirem parte ou toda a safra. Estas pessoas podem ser ou não proprietárias dos caminhões com os quais trabalham. No primeiro caso, geralmente são pequenos proprietários que servem de intermediários de firmas maiores, ou autônomos, que operam por conta própria, vendendo a mercadoria nos grandes centros consumidores. No segundo caso, os compradores não são proprietários dos caminhões, e sim empregados de grandes firmas que adquirem o produto para exportar. Toda transação é acompanhada de um ritual propício para justificar os preços baixos. Tanto os caminhoneiros que também são comerciantes estabelecidos na área, como os que vêm de fora, criam no agricultor

um espírito de apreensão e derrotismo. Dizem, entre outras coisas, que houve grandes produções em outras regiões; que vai haver importação; que ao comprarem as produções estão fazendo um favor ao agricultor. Na ocasião das entrevistas, houve agricultores que nos afirmaram que a cidade de Pelotas iria importar batata do Paraná, estando a maior parte da safra de verão nos galpões do pequeno proprietário. As operações de venda aos chamados caminhoneiros são feitas na propriedade do agricultor, e o pagamento no ato da compra. Além da batata e da cebola, é incluída como vendida aos caminhoneiros toda sua produção, que é entregue a intermediários que vêm à sua propriedade. Assim, até os produtos vendidos nas feiras-livres, na maioria das vezes, o são através de intermediários, também chamados de caminhoneiros.

A venda às fábricas consiste em um compromisso assumido pelo produtor de entregar seus produtos a determinado industrial. Os industriais usam de intermediários da própria área, para fazerem as compras e controlar as entregas, Os produtos assim comercializados são principalmente o pêssego e o aspargo. A forma de pagamento varia muito e geralmente reside em um contrato verbal, em que o produtor receberá o pagamento após o industrial ter vendido o produto. O nome e o prestígio do industrial são levados em consideração para que o agricultor assim proceda e, frequentemente, o produtor só recebe o total da soma apurada seis meses ou um ano após a entrega. Entretanto, os pequenos proprietários que produzem para as indústrias locais desfrutam nível de vida mais elevado que os demais.

O sistema de entrega do produto as casas comerciais mais próximas ao estabelecimento é pouco usado, e verifica-se com as famílias mais pobres, que vêem no comerciante um fiador nas entres-safras. Observou-se que há, nesses casos, certa dependência do produtor em relação ao comerciante.

Os agricultores em geral não estão satisfeitos com os preços, pois oitenta e seis por cento responderam que era pouco ou muito pouco o preço pago pelos seus produtos.

O sistema cooperativista é pouco conhecido e não é praticado. A comercialização é quase toda feita através de intermediários que se encarregam de criar um ambiente desfavorável ao cooperativismo. Eles têm muita força de persuasão; são elementos do próprio meio e sempre gozam de certa liderança. Os agricultores sofrem também a pressão dos intermediários para se desfazerem quanto antes de suas colheitas, vendendo-as na época das safras, quando o preço é o mais baixo. Essa situação é agravada quando o pequeno proprietário usa financiamento, dos bancos ou da vizinhança, para estabelecer sua lavoura, pois então se vê compelido a entregar a produção para saldar os compromissos assumidos.

G. ASPIRAÇÃO POR MAIS TERRA

As aspirações do pequeno proprietário estão no campo da sobrevivência como agricultor, isto é, ter mais terra e condi-

ções favoráveis para produzir. No levantamento de aspirações, apresentou-se uma lista de elementos cuja posse melhoraria as condições de vida do entrevistado e seus familiares. Dessa relação, o agricultor poderia eleger três elementos, tendo as preferências recaído sobre os seguintes itens: 28% julgam que melhorariam seu nível de vida, se comprassem mais terras; 19% mais animais. Notou-se que estas aspirações estão em todos os níveis de proprietários, mesmo nos possuidores de mais de 50 hectares. Estes tendem a aumentar a proporção da área destinada à pecuária e continuam aspirando à posse de mais terras e animais. 11% procurariam assistência médica. Encontramos dois casos de pessoas gravemente enfermas e sem assistência médica. Uma mulher com aproximadamente 30 anos e mãe de quatro filhos, soube-se alguns meses depois, veio a falecer sem ter sido hospitalizada. A família estava ligada ao feiticismo existente na área. Essa prática foi observada nas famílias descendentes de antigos troncos índios ou africanos em miscigenação com portugueses e espanhóis.

Encontrou-se também um viúvo que havia vendido a metade da propriedade para pagar a hospitalização da sua mulher, e estava economicamente arruinado.

9% desejariam construir uma casa melhor. 9% pretenderiam melhorar o vestuário e a alimentação. 9% ajudariam os filhos ou familiares. 7% gostariam de tirar financiamento para saldar compromissos. 6% usariam novas técnicas e 2% desejariam melhorar a educação.

No campo das aspirações, levantou-se também a hipótese de os agricultores obterem financiamento a longo prazo e com juros baixos. Obtiveram-se as seguintes respostas: 25% gostariam de dispor de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 4.000,00; 49% gostariam de dispor Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00; 11% mais de Cr\$ 10.000,00; 15% não gostariam de obter financiamento sob hipótese alguma.

Por esses dados, pode-se ter uma idéia da potencialidade empreendedora dos entrevistados como empresários rurais. A seguir, perguntou-se como seria usado esse financiamento hipotético, e as respostas foram semelhantes ao quadro inicial de aspirações. Assim, 35% usariam esse financiamento na compra de mais terra; 17% na compra de animais; 15% na compra de máquinas e ferramentas agrícolas; 10% construíam casas e galpões; 5% melhorariam a casa, 5% comprariam mais adubo, 3% aumentariam a área plantada, 3% sairiam da agricultura; 2% arrumariam os alambrados; 2% comprariam mais roupa; 2% pagariam dívidas; 1% iria ao médico. Esta distribuição do uso do financiamento evidencia a aspiração de mais terra e a ampliação de suas atividades sem maiores alterações da realidade que os cerca.

A história da origem do atual pequeno proprietário mostrou que a posse da terra, como meio de trabalho e promoção socio-econômica, foi um dos principais motivos das migrações européias. Entretanto, hoje, com uma realidade bem distinta daquela do início da colonização européia, constatou-se que a principal aspiração do colono é terra e mais terra.

ASPIRAÇÃO POR ASSISTÊNCIA

Quando se indagou quais as necessidades comuns da área estudada, obtiveram-se respostas sempre pelo ângulo das necessidades pessoais. As maiores necessidades residiam em obter benefícios vindos de fora. Assim, 38% das respostas foram no sentido de obter assistência médica; 10% assistência dentária; 28% no sentido de que fossem criadas indústrias pelo Governo, principalmente no setor de conservas alimentícias, para melhorar os preços dos produtos agrícolas e dar maior emprego à mão-de-obra da região; 6% acham necessário mais escolas primárias e 4% escolas para adultos; 6% julgam que a energia elétrica viria beneficiar a zona colonial; 5% acham que a área não necessita de nada; 3% acham que a energia elétrica viria prejudicá-los devido ao aumento de gastos domésticos. A grande maioria que deseja melhoria para sua região colonial, acha que o Governo é o responsável por elas.

ASPIRAÇÕES POR MUDANÇA DE ÁREA E DE PROFISSÃO

Perguntou-se aos entrevistados se gostariam de permanecer em suas atividades ou mudar de profissão ou de região.

65% declararam pretender morar sempre na área, justificando já possuírem terras; já estarem organizados, estarem satisfeitos com a profissão; já estarem com bastante idade para mudanças e não verem outra saída; esperarem que futuramente melhorem as con

dições locais; não gostarem da cidade.

14% declararam que gostariam de mudar de região. Desses a maioria preferiria ir para outra região no Estado, onde pudesse adquirir mais terras; outros gostariam de ir para a cidade; e um desejaria ir para o Paraná, onde julga existir maior facilidade de conseguir terras.

21% não responderam.

Notou-se durante a explicação do questionário um grande apego à área, embora a população seja de descendentes de imigrantes, e em outras áreas de colonização verificar-se uma tendência para migrações internas, constatou-se que os entrevistados nasceram na área onde atuam ou em áreas muito próximas. A maioria são descendentes de segunda e terceira geração de imigrantes, que, uma vez localizados no núcleo colonial do vizinho município de São Lourenço do Sul, dali não se afastaram a não ser para áreas adjacentes. Assim, oitenta e tres por cento dos entrevistados são naturais do município de Pelotas; quatorze por cento originários do município de São Lourenço do Sul; um do vizinho município de Canguçu e outro da Alemanha.

Por estes dados, pode-se ver que a população não se tem movimentado em migrações, e é mínimo o número dos que têm desejo de mudar de região. As aspirações de mudança se verificam mais no sentido de que os filhos devem estudar para conseguir melhor emprego na cidade. Isto fica no campo das aspirações, pois, atualmente

te, como já se viu, a média do grau de escolaridade é de quatro anos, e são poucos os que saem da agricultura para empregos conquistados através de cursos. As mudanças de profissão verificadas foram poucas, resumindo-se ao setor do comércio e mecânica. Observou-se que as antigas ferrarias estão transformadas em oficinas mecânicas, o que é fácil de compreender, devido a troca do cavalo pelos veículos automotores como meio de locomoção do colono e sua família.

CAPÍTULO IV

RESUMO E CONCLUSÕES

RESUMO E CONCLUSÕES

Este trabalho refere-se aos pequenos proprietários do 3º Distrito de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Foi realizado em 1967, visando conhecer a realidade socio-econômica do pequeno proprietário e sua família.

Foi estudado a organização familiar, grau de escolaridade, disponibilidade de força de trabalho, renda, produção e comercialização em relação à área dos estabelecimentos.

No que se refere a aspirações, foram estudadas as principais e a maneira pela qual os entrevistados acreditavam alcançá-las.

A seguir, relaciona-se o que se conclui como as principais características da situação e das aspirações da população da área estudada.

1. O imigrante trouxe, através de seus antecedentes europeus, uma cultura e uma tecnologia próprias, adaptando-as ao novo meio, sem, no entanto, alterar seus valores intrínsecos.

2. O pequeno proprietário manteve a tradição de seus antecedentes de não subdividir sua gleba entre os filhos, através da herança, para não cair em minifúndios improdutivos.

3. O colono manteve por conta própria escolas de alfabetização em língua alemã, só pondo seus filhos em escola pública para aprender português, quando obrigado.

4. O grau de escolaridade médio está entre três e quatro anos de escola primária e os entrevistados não sentem necessidade de mais estudo formal para permanecerem no meio rural.

5. A pequena propriedade dispõe, em média, de três equivalentes-homem por família.

6. As propriedades com menos de 10 ha não absorvem toda a força de trabalho familiar disponível, gerando mão-de-obra ociosa dentro do estabelecimento.

7. As principais fontes de renda dos pequenos proprietários são de produtos de difícil conservação "in natura" e obtidos com baixo rendimento médio por área.

8. A renda advém de produtos vendidos à indústria ou ao mercado de exportação; no entanto a renda média é muito baixa, não permitindo aos entrevistados participar do mercado como consumidor de insumos modernos.

9. Praticamente não existem cooperativas, e a comercialização se faz através de intermediários.

10. As aspirações são, basicamente, as de compra de mais terra e de assistência médico-social.

Estas ilações caracterizaram bem o comportamento de homens pouco atingidos pelo processo de desenvolvimento e pelas inovações tecnológicas do mundo atual. Os entrevistados, na sua grande maioria, vêem como meio de elevar seu nível de vida, basicamente, a compra de mais terra. Vê-se que é a mesma aspiração que levou seus

antepassados a emigrar para a América; vê-se, também, que a terra é que melhor indica o "status". A área da propriedade é o elemento que melhor determina a estratificação social no Distrito estudado. Os grandes proprietários são vistos como pessoas importantes e influentes; a posição social e o prestígio estão ligados diretamente à posse e dimensões do estabelecimento.

A estrutura fundiária, a disponibilidade de mão-de-obra familiar, a tecnologia empregada e o sistema de comercialização, nas condições levantadas neste estudo, limitam a renda dos entrevistados e não apresentam perspectiva de desenvolvimento socioeconômico aos proprietários com menos de 10 hectares.

SUMMARY

This study refers to the small farmers in the 3rd District of Pelotas, Rio Grande do Sul.

This study was conducted in 1967. Its main objective was to the socioeconomic conditions in which small farmers and their families live in.

Family organization, level of education, availability of labor, income, production and marketing were studied in relation to farm area.

Main aspirations of the farmers were studied and also the manner by which they pursued these aspirations.

Listed below are some conclusions on principal characteristics of the situation and of the aspirations of the population of the studied area.

1. The immigrant, due to his European background, brought his own culture and technology and adapted them to his new environment without changing their underlying values.

2. The small farmer maintained a tradition of his ancestors of not sub-dividing his land among his heirs, to avoid creating unproductive minifundia.

3. The settler maintained private primary level schools, in which the language spoken was German, and the children only attended Brazilian schools to learn Portuguese when obliged to do so.

4. The average level of education is 3 to 4 years in primary school and the interviewees did not feel the need for further formal education to live in the rural area.

5. The small farm has an average of three man equivalents of labor force per family.

6. The farms with less than 10 ha. do not absorb all the family labor available, which generates unused labor within the farm enterprise.

7. The main sources of income of the small farmers come from products which are difficult to preserve "in natura" and which have a low average yield per area.

8. Income comes from products sold to industry or the export market; however, average income is very low and does not permit that interviewees participate in the market as consumers of modern inputs.

9. Cooperatives are practically non-existent and marketing activities are carried out through middlemen.

10. Aspirations are, basically, purchase of more land and social-medical assistance.

These conclusions characterize the behavior of persons who have had little exposure to development and to technical innovations of today's world. Most of the interviewees consider that the purchase of land is the basic means of improving their level of living. This is the same aspiration which caused their ancestors to migrate to America. It can be seen that land is considered the best indicator of status. The farm size is the element which best determines social stratification in the studied area. The large farmers are considered important and influential persons; social position and prestige are directly associated with ownership and size of the farm.

Land distribution, family labor availability, current technology and the marketing system, under the conditions observed in this study, limit farmer's income and do not represent a potential for socioeconomic development on those farms with less than 10 hectares.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALBERSHEIM, Ursula, Uma comunidade teuto brasileiro. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962. 228 p. (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série 6. Sociedade e Educação. Coleção O Brasil Provinciano n. 2).
- ARTECHE, Ezelino et alii. Bases e diretrizes para um programa estadual de reforma agrária. Porto Alegre, Comissão Especial de Reforma Agrária, 1963. 156 p.
- CARNEIRO, José Fernando Domingues. Imigração e colonização no Brasil. (universidade do Brasil) 1950. 73 p. (Faculdade Nacional de Filosofia. Cadeira de Geografia do Brasil. Publicação Avulsa n. 7).
- COARACY, Vivaldo. A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz. São Paulo, Graf. Saraiva, 1957, 161 p.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. Migração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro. Liv. José Olympio, 1958. 130 p. (Coleção Documentos Brasileiros).

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. (Rio de Janeiro) Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1964) 385 p. (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série 4. Sociedade e Educação, v. 5).

GASTAL, Edmundo; ARAÚJO, Mario Olinto C.; DUARTE DA SILVA, Jayme Arthur. Estudo de administração rural de Pelotas, Rio Grande do Sul. Montevideo, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, Zona Sur, 1961. 80 p.

IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. 309 p.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade Industrial no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961 186 p.

OSÓRIO, Fernando Luís. A cidade de Pelotas. 2a. ed. Porto Alegre, Ed. Globo (1962) 237 p. (Coleção Província).

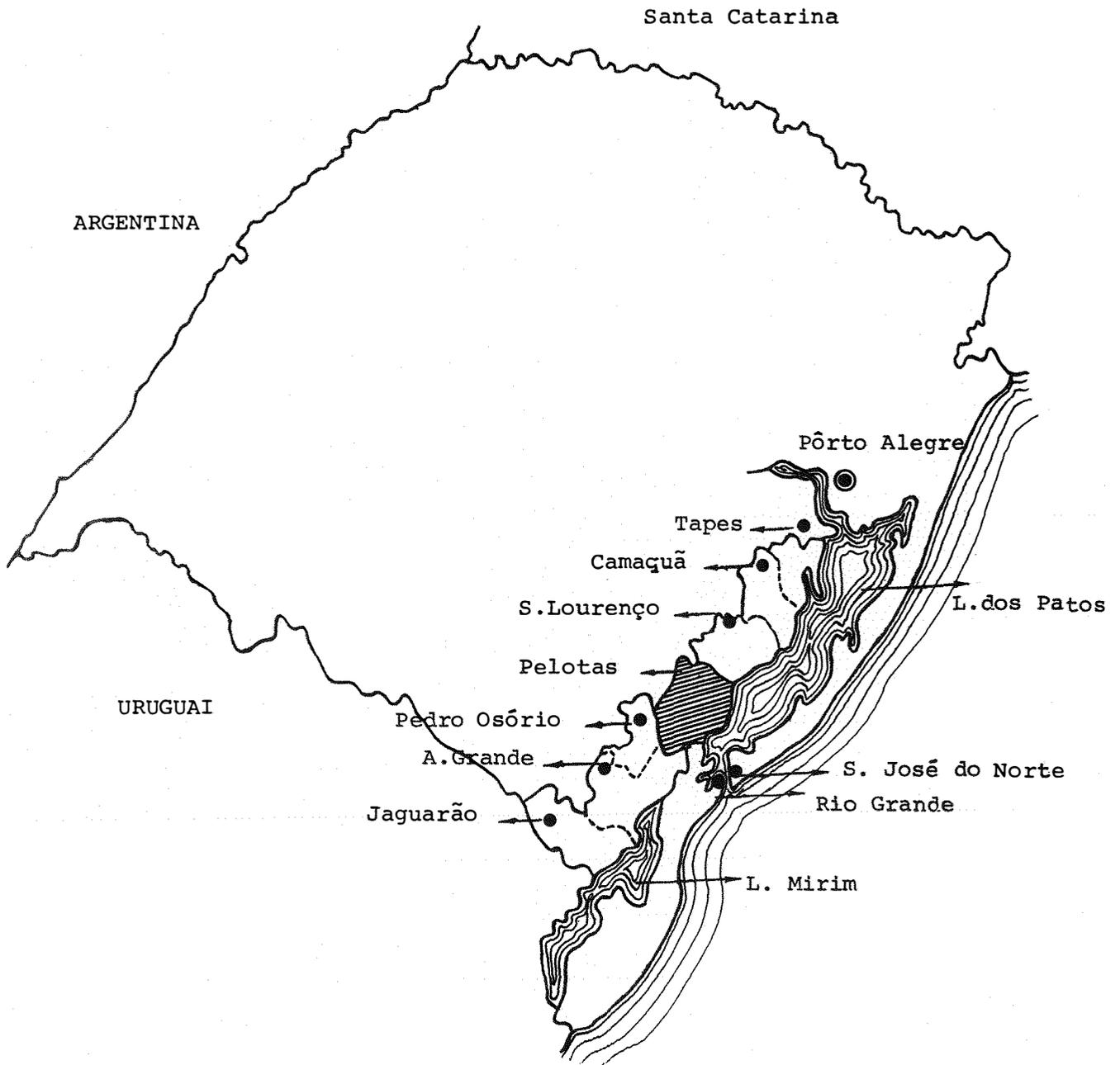
PÔRTO, Aurélio. História das missões orientais do Uruguai. 2a. ed. revista e melhorada pelo P. Luis Gonzaga Jaeger, S.J. Porto Alegre, Liv. Selbach (1954) 2 v. (Jesuítas no Sul do Brasil, v. 3 e 4).

. O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Graf. Santa Terezinha, 1934. 277 p.

- RASK, Norman. Tamanho mínimo e combinação de atividades para pequenas propriedades, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1965. 88 p.
- _____. Tamanho da propriedade e renda agrícolas, Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (1965) 37 p.
- RODRIGUES, José Horácio. O continente do Rio Grande. Rio de Janeiro, Ed. S. José, 1954. 81 p.
- SÁ, José Itamário. Utiliza da mão-de-obra e níveis de renda em pequenas propriedades rurais, Santa Rosa, R.G.S. Tese M.S. Porto Alegre, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, 1965. 102 p.
- TOMPKIN, Robert. Estatística aplicada às ciências sociais rurais. Apostila de aula. Piracicaba, Departamento de Economia Rural, 1966. 104 p.
- VALVERDE, Orlando. Geografia agrária do Brasil. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 1964, v. 1 (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série 6. Sociedade e Educação, v. 6) 395 p.
- WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo. Ed. Nacional, 1946. 609 p.

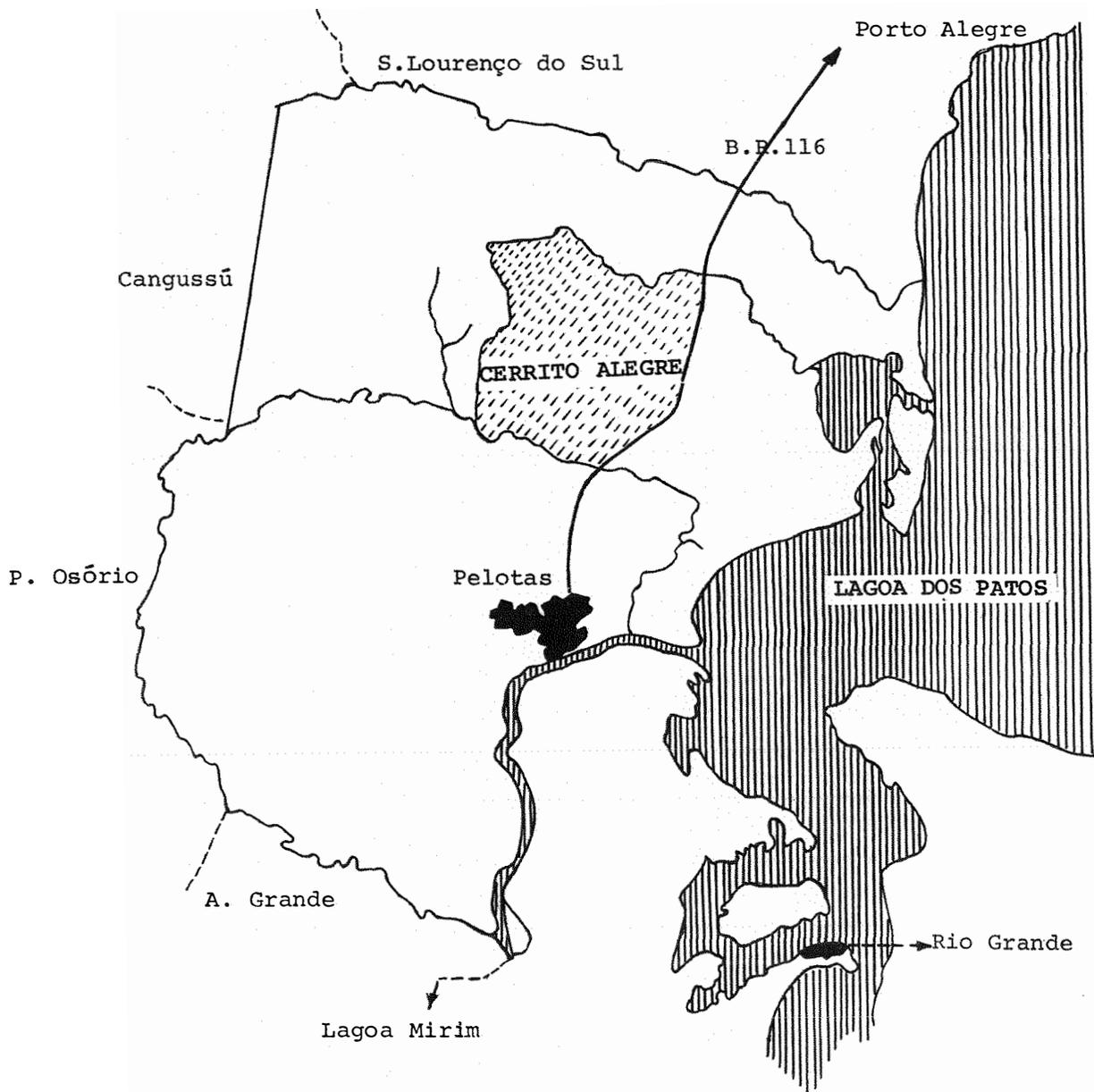
A P Ê N D I C E I

Figura 1 - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, REGIÃO FISIAGRÁFICA DA ENCOSTA DO SUDESTE E EM RELEVO O MUNICÍPIO DE PELOTAS



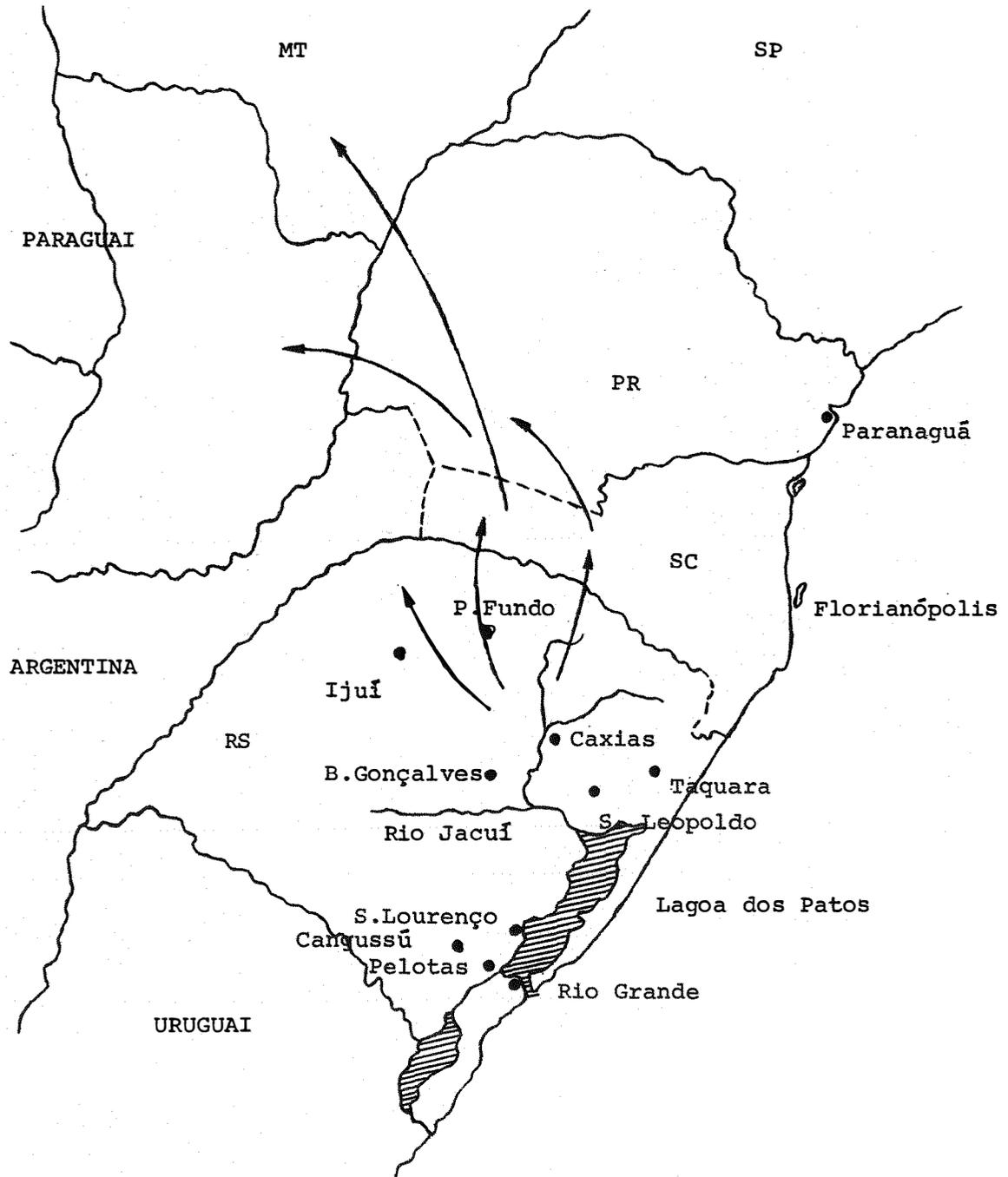
Fonte: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA
Seção de cartografia - 1965

Figura 2 - MUNICÍPIO DE PELOTAS E EM RELEVO A ÁREA ESTUDADA NO 3º DISTRICTO - CERRITO ALEGRE - 1967



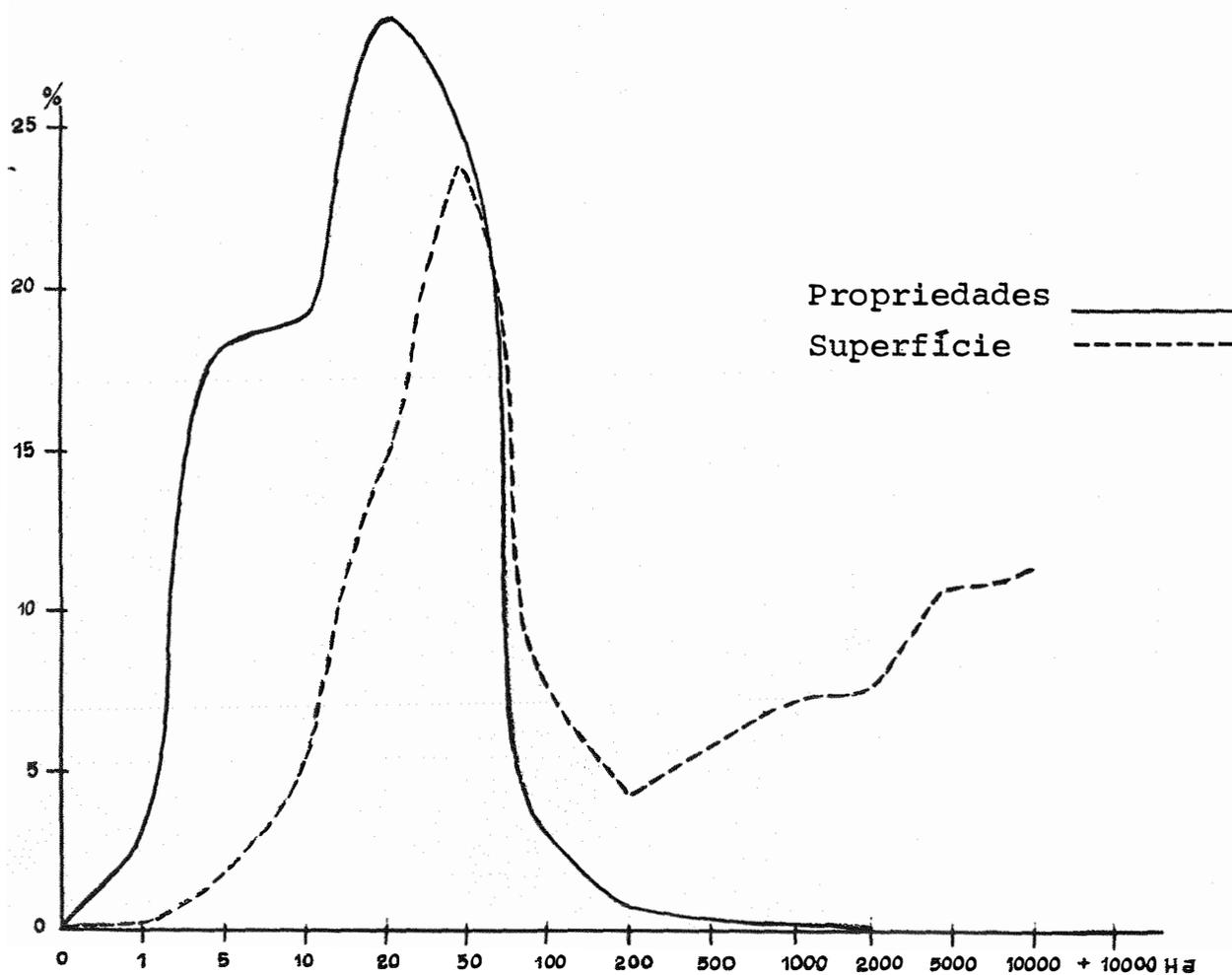
Fonte: Projeto Regional da Lagoa Mirim
Seção de cartografia - 1967

Figura 3 - PRINCIPAIS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS VERIFICADOS NO RIO GRANDE DO SUL



A P Ê N D I C E S II e III

Gráfico 1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PELOTAS

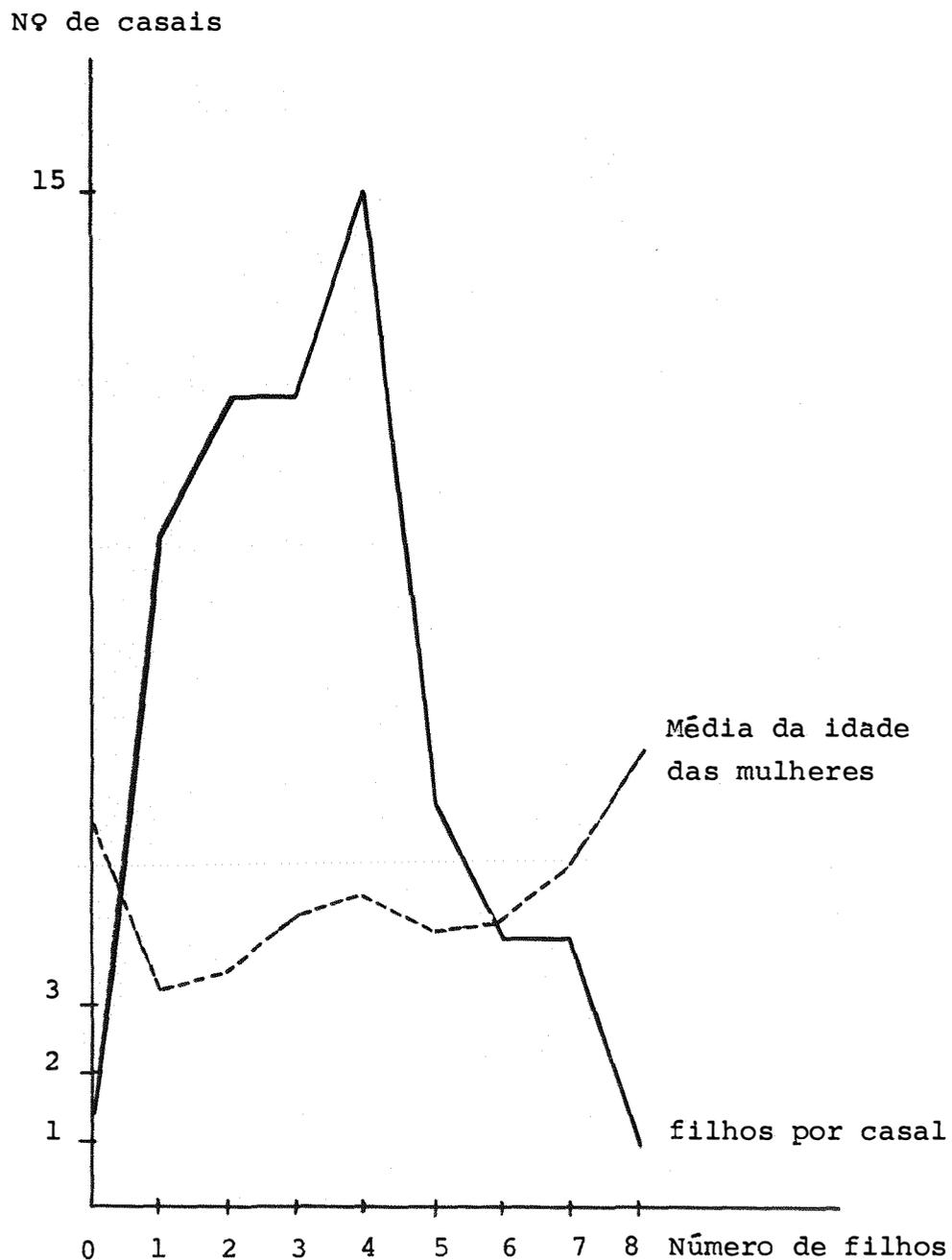


Quadro 1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PELOTAS

| Ha | | | | PROPRIEDADES | % | SUPERFÍCIE | % |
|-----------|-------|---|----------|--------------|------|------------|------|
| DE | 0 | A | 1 | 209 | 2,6 | 166,8 | 0,1 |
| | 1 | | 5 | 1.497 | 18,3 | 4.806,9 | 1,9 |
| | 5 | | 10 | 1.536 | 18,8 | 12.309,6 | 4,8 |
| | 10 | | 20 | 2.394 | 29,2 | 36.803,6 | 14,4 |
| | 20 | | 50 | 2.073 | 25,3 | 61.232,7 | 24,0 |
| | 50 | | 100 | 297 | 3,6 | 19.767,7 | 7,8 |
| | 100 | | 200 | 84 | 1,0 | 11.556,7 | 4,5 |
| | 200 | | 500 | 48 | 0,6 | 15.055,4 | 5,9 |
| | 500 | | 1.000 | 26 | 0,3 | 18.470,9 | 7,2 |
| | 1.000 | | 2.000 | 13 | 0,2 | 18.736,4 | 7,3 |
| | 2.000 | | 5.000 | 8 | 0,1 | 27.409,0 | 10,7 |
| | 5.000 | | 10.000 | 5 | 0,0 | 28.856,7 | 11,3 |
| | | | + 10.000 | - | - | - | - |
| T O T A L | | | | 8.190 | | 255.172,4 | |

FONTE: IBRA 1965

Gráfico 2 - IDADE MÉDIA DAS MULHERES (UNIDADE 10 ANOS)
EM RELAÇÃO À FREQUÊNCIA E NÚMEROS DE FILHOS
POR CASAL NO 3º DISTRITO DE PELOTAS - 1967



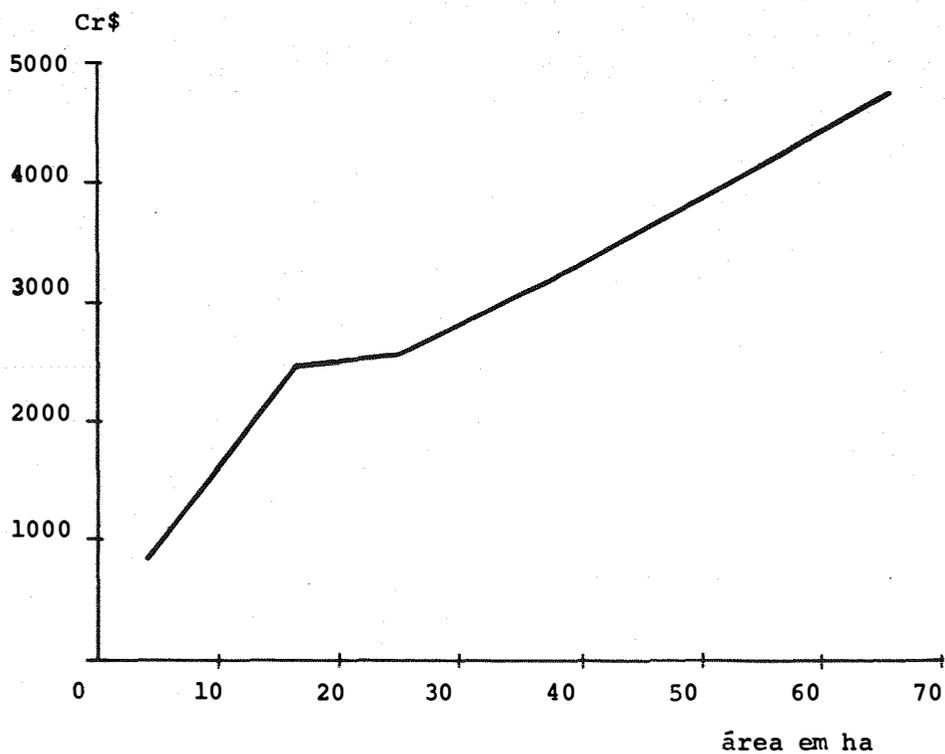
Quadro 2 - NÚMERO DE FILHOS POR CASAL E A IDADE DAS MÃES NA AMOSTRA
- 3º DISTRITO DE PELOTAS - 1967.

| Nº de filhos p/casal | Nº de casais | Idade média das mulheres (Em 10 anos) |
|-------------------------|--------------|--|
| 0 | 1 | 5,700 |
| 1 | 10 | 3,267 |
| 2 | 12 | 3,583 |
| 3 | 12 | 4,358 |
| 4 | 15 | 4,660 |
| 5 | 6 | 4,133 |
| 6 | 4 | 4,275 |
| 7 | 4 | 5,125 |
| 8 | 1 | 6,800 |

Quadro 3 - ÁREAS E RENDAS MÉDIAS ESTRATIFICADAS. - 3º DISTRITO DE PELOTAS, RS, 1967.

| Estratos | Nº de propriedades | Média da área no estrato em hectares | Média da renda no estrato em Cr\$ |
|------------------|--------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| até 10 ha | 11 | 6,07 | 1.099,64 |
| de 10,1 a 20 ha | 20 | 16,46 | 2.390,20 |
| de 20,1 a 30 ha | 14 | 25,25 | 2.481,93 |
| de 30,1 a 50 ha | 14 | 39,08 | 3.272,14 |
| de 50,1 a 100 ha | 7 | 65,71 | 4.819,71 |

Gráfico 3 - ÁREAS E RENDAS MÉDIAS ESTRATIFICADAS..- 3º DISTRITO DE PELOTAS, RS, 1967.



Quadro 4 - ÁREA DA PROPRIEDADE EM HECTARES (X) E RENDA DA FAMÍLIA (Y), NO 3º DISTRITO DE PELOTAS - 1967

| Nº | X Ha | Y Cr\$ |
|----|---------|-----------|
| 1 | 80,00 | 1.323,00 |
| 2 | 71,00 | 4.800,00 |
| 3 | 75,00 | 3.570,00 |
| 4 | 56,00 | 6.430,00 |
| 5 | 22,00 | 3.600,00 |
| 6 | 57,00 | 2.380,00 |
| 7 | 13,00 | 4.528,00 |
| 8 | 37,00 | 3.812,00 |
| 9 | 42,00 | 1.286,00 |
| 10 | 19,00 | 4.409,00 |
| 11 | 20,00 | 3.403,00 |
| 12 | 30,00 | 947,00 |
| 13 | 20,00 | 3.900,00 |
| 14 | 35,00 | 3.023,00 |
| 15 | 15,00 | 1.205,00 |
| 16 | 8,00 | 2.515,00 |
| 17 | 33,00 | 5.870,00 |
| 18 | 22,00 | 1.805,00 |
| 19 | 35,00 | 3.175,00 |
| 20 | 42,00 | 3.414,00 |

CONT.

| Nº | X | Y |
|----|-------|----------|
| | Ha | Cr\$ |
| 21 | 34,00 | 3.051,00 |
| 22 | 29,00 | 5.540,00 |
| 23 | 19,50 | 7.290,00 |
| 24 | 5,50 | 294,00 |
| 25 | 15,00 | 1.319,00 |
| 26 | 10,60 | 1.075,00 |
| 27 | 18,00 | 888,00 |
| 28 | 10,00 | 257,00 |
| 29 | 28,00 | 1.008,00 |
| 30 | 55,00 | 8.185,00 |
| 31 | 40,00 | 3.137,00 |
| 32 | 3,50 | 1.826,00 |
| 33 | 21,00 | 4.354,00 |
| 34 | 37,00 | 3.400,00 |
| 35 | 36,00 | 1.747,00 |
| 36 | 27,00 | 5.634,00 |
| 37 | 50,00 | 3.420,00 |
| 38 | 47,00 | 3.275,00 |
| 39 | 66,00 | 7.050,00 |
| 40 | 22,00 | 1.585,00 |
| 41 | 39,00 | 1.165,00 |
| 42 | 20,50 | 1.885,00 |
| 43 | 22,00 | 2.590,00 |

CONT.

| Nº | X Ha | Y Cr\$ |
|----|---------|-----------|
| 44 | 26,50 | 1.845,00 |
| 45 | 10,50 | 1.411,00 |
| 46 | 18,00 | 2.885,00 |
| 47 | 8,50 | 1.264,00 |
| 48 | 6,00 | 1.993,00 |
| 49 | 15,50 | 925,00 |
| 50 | 16,00 | 715,00 |
| 51 | 40,00 | 6.040,00 |
| 52 | 21,50 | 1.876,00 |
| 53 | 5,00 | 772,00 |
| 54 | 10,20 | 817,00 |
| 55 | 28,00 | 2.510,00 |
| 56 | 15,00 | 2.110,00 |
| 57 | 29,00 | 268,00 |
| 58 | 15,00 | 546,00 |
| 59 | 4,50 | 1.235,00 |
| 60 | 5,70 | 645,00 |
| 61 | 20,00 | 4.768,00 |
| 62 | 5,50 | 695,00 |
| 63 | 20,00 | 495,00 |
| 64 | 25,00 | 1.185,00 |
| 65 | 19,00 | 3.230,00 |
| 66 | 4,60 | 600,00 |

III. ASPIRAÇÕES DE ESCOLARIDADE

1. Acha que a escola é necessária? Sim _____ Não _____
Por que? _____
2. Quantos anos acha que o agricultor deve estudar? _____
Por que? _____
3. Se houvesse condições favoráveis, o senhor gostaria de estudar? Sim _____ Não _____
Por que? _____
4. Gostaria de aprender algo mais relacionado com suas atividades? Sim _____ Não _____
Por que? _____
5. Quantos anos de escola acha necessários a seus filhos?
Por que? _____
6. Contribui de alguma forma para a manutenção da escola?
Sim _____ Não _____

IV. RENDA DA FAMÍLIA NO PERÍODO DE UM ANO

1. Venda de Animais e produtos derivados

| NATUREZA | Cr\$ por unidade | QUANTIDADE | PRODUÇÃO POR ha |
|----------|------------------|------------|-----------------|
| BOVINOS | | | |
| OVINOS | | | |
| SUINOS | | | |
| AVES | | | |
| LEITE | | | |
| QUEIJO | | | |
| LÃ | | | |
| OVOS | | | |

2. Venda de Produtos Agrícolas

| NATUREZA | Cr\$ por unidade | QUANTIDADE | PRODUÇÃO POR ha |
|---------------|------------------|------------|-----------------|
| MILHO | | | |
| FEIJÃO | | | |
| BATATA | | | |
| CEBOLA | | | |
| ARROZ | | | |
| PÊSSEGO kg/pé | | | |
| MORANGO | | | |
| ASPARGO | | | |
| OUTRAS FONTES | | | |

3. Venda de produtos da indústria doméstica Cr\$ _____

4. Trabalho remunerado fora da propriedade pelo chefe Cr\$ _____

5. Por membros da família Cr\$ _____

6. Recebimento de juros Cr\$ _____

V. ASPIRAÇÕES DE MUDANÇA

1. Está satisfeito com o que ganha? Sim _____ Não _____

Por que? _____

2. O que acha de sua produção? Boa _____ Regular _____ Pequena _____

3. A que atribui a situação acima? _____

4. A seu ver, que acha que deveria ser feito para aumentar a produção?

5. Está satisfeito com a agricultura? Sim _____ Não _____

Por que? _____

6. Há quantos anos trabalha neste local? _____

7. Onde trabalhava antes? _____

8. Como adquiriu a propriedade? _____

9. Quais as profissões que acha melhores para seus filhos?

VI. COMERCIALIZAÇÃO

1. A quem vende seus produtos? _____

2. Que acha do preço pago? _____

3. Acha que existe alguma outra forma de vender seus produtos?

4. Como julga que poderia aumentar sua renda? _____

VII. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

1. Pertence a alguma sociedade? Sim _____ Não _____

Quais? _____

2. Conhece o cooperativismo? Sim _____ Não _____ Em caso positivo, que pensa a respeito do mesmo? _____

3. Promovem reuniões na sua zona? Sim _____ Não _____

Quem? _____

7. Participa? Sim _____ Não _____

Por que? _____

8. Em sua opinião, da relação seguinte, quais os aspectos que requerem maior atenção em sua colônia?

Serviço elétrico _____ Escolas _____

Educação de adultos _____ Necessidade de indústrias _____

Assistência médica _____ Assistência dentária _____

Correio _____ Casas comerciais _____

9. Qual a solução que sugere para resolução dos problemas de sua colônia?

10. Gostaria de continuar morando aqui? Sim _____ Não _____

11. Em caso negativo, onde gostaria de morar?

Na cidade _____

No interior do Estado _____

Fora do Estado _____

Por que? _____

12. Em caso positivo, por que gostaria de permanecer na sua co
lônia?

VIII. ASPIRAÇÕES FAMILIARES

1. O que se pretende fazer para melhorar as condições de vida
de seus familiares?

Comprar mais terra _____

Comprar animais _____

Fazer empréstimo _____

Usar novas técnicas _____

Construir casa _____

Adquirir casas _____

Procurar assistência médica _____

Procurar assistência dentária _____

Melhorar vestuários _____

Viajar _____

Melhorar a alimentação _____

Ajudar os familiares _____

Melhorar a educação _____

2. Se dispusesse de facilidade de empréstimo, quanto desejar-
ria? Cr\$ _____

3. O que compraria?

a) _____

b) _____

c) _____